



PADECEME



MISSÃO MILITAR FRANCESA UM SÉCULO DE HERANÇAS

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
(ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO)
v. 12 n. 21 - 01/2019

PADECEME

01/2019
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

PADECEME

Rio de Janeiro

v. 12

n. 21

p. 01-71

01/2019

© 2019 PADECEME

A PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.

Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895

e-mail: padeceme@eceme.eb.mil.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda RODRIGO PEREIRA VERGARA

Editor

Ten Cel COM RONALDO ANDRÉ FURTADO

Comissão Editorial

Cel FLÁVIO ROBERTO BEZERRA MORGADO

Ten Cel GUSTAVO ASSAD DE PRAGA RODRIGUES

Ten Cel GIL VALADÃO FORTES

Ten Cel MARCELO PEÇANHA DA GRAÇA

Ten Cel RONALDO ANDRÉ FURTADO

Ten Cel LUIZ CLÁUDIO FERREIRA ARAÚJO

Ten Cel OINA ESPANHA FERNANDO OLÁLDE ALTAMIRA

Maj OINA EUA JAMES HAROLD ISAKSON

Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel RONALDO ANDRÉ FURTADO

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Foto da capa

Montagem com Fotos de: eb.mil.br

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível também em: <www.eceme.eb.mil.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123 PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME,
2002- . v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
ISSN : 1677-1885

1.DOUTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

EDITORIAL

O início do século XX foi extremamente marcante para o Brasil e o para o Exército Brasileiro. O País havia enfrentado a Guerra da Tríplice Aliança na segunda metade do século anterior e passado por turbulentas questões políticas e sociais, que redundaram na queda do Império e no estabelecimento da República. Esta, por sua vez, ainda lidava com as revoltas que permearam o nascer da jovem república e seus impactos causados à Nação.

No mundo, a derrota do poder militar alemão na Primeira Grande Guerra e a ascensão dos Estados Unidos da América como potência extracontinental assinalavam o incremento das transformações desencadeadas pela segunda fase da revolução industrial, notadamente a crescente influência do conhecimento científico na modificação de processos para o modelo de produção em massa e no desenvolvimento de máquinas calcadas na energia elétrica e no motor a combustão, conjugadas com o uso do aço, com aplicações diversas.

Naquele ambiente de plena ebulição na forma de ser da humanidade, os líderes do Exército Brasileiro, sabiamente, identificaram a necessidade de reorganizar e reestruturar a Força Terrestre para os desafios que se descortinavam. Era o momento de a Instituição acompanhar as nações mais avançadas na modernização do Exército para uma Força Armada centrada no profissionalismo. Oficiais foram enviados à Alemanha para se instruírem – os alcunhados Jovens Turcos – e o ensino começou a ser modernizado. Oficiais brasileiros buscaram desenvolver seus próprios rumos de modernização, no movimento que se denominou Missão Indígena. Assinala-se, com especial regozijo, que a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi criada em 1905 sob os auspícios da modernidade e da visão desafiadora do futuro, características que se lhe mantém intrínsecas até a atualidade!

Em 1919, a contratação da Missão Militar Francesa, mais que consequência do ambiente efervescente, foi uma necessidade imperiosa, que levou a um dos passos mais importantes para a transformação que moldou nosso Exército à época. A Missão permaneceu no Brasil por duas décadas e, cem anos após, prestamos justa homenagem e nossa reverência àqueles que transpuseram o Atlântico imbuídos pelo compromisso com a missão – como aposto na própria denominação do grupo – de ajudar o Exército Brasileiro a realmente ingressar no século da modernidade, ao tempo em que, também, reconhecemos e louvamos o vigor e afincamento com que os militares brasileiros se dedicaram a receber os ensinamentos. Sobre tudo, por utilizá-los como motor para, por meio de uma doutrina adaptada do estrangeiro, mas que rumava para ser autóctone, fazer-nos prospectar nossos próprios ensinamentos.

Tão importante e eficiente foi aquele trabalho de franceses e brasileiros, que os nossos militares foram capazes de enfrentar, logo ao final da Missão, o imenso desafio de cumprir com o dever de defender o Brasil nos campos da Itália, por ocasião da Segunda Grande Guerra, lutando contra poder militar reconhecidamente um dos melhores da época.

Convido, portanto, o caro leitor, a prezada leitora, a apreciar a presente e histórica edição do PADECEME, que vem oferecer a história da Missão Militar Francesa e, principalmente, a análise do seu legado, que nos acompanha até hoje.

Evoquemos, como preito de honra e gratidão aos militares brasileiros e franceses que fizeram a história da Missão Militar Francesa, o lema da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: “O saber na defesa da Pátria!”

General de Brigada Rodrigo Pereira Vergara
Comandante da ECEME

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à Doutrina Militar, acesse o seguinte endereço na internet:

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>



Comando de Operações Terrestres
PORTAL DE DOCTRINA DO EXÉRCITO

Ministério da Defesa Exército Brasileiro EME COTER Rede BIE Contatos Fale Conosco

EM DESTAQUE LIÇÕES APRENDIDAS ORIENTAÇÕES AOS USUÁRIOS DOCTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA

ACESSO AO PORTAL

Login Login

Senha Senha

Lembrar-me

Entrar

Criar uma conta →

Esqueceu seu usuário?

Esqueceu sua senha?

Boletim Informativo dos Oficiais de Ligação do Exército Brasileiro junto ao US ARMY

TRADOC CAC MCoE MSCoE FCoE

SUMÁRIO

MISSÃO MILITAR FRANCESA

General de Exército R/1 **JONAS CORREIA NETO**

8-14

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A MISSÃO INDÍGENA E OS "JOVENS TURCOS"

16-31

Major de Artilharia **GEORGE KOPPE EIRIZ**.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA: A RELAÇÃO DA MISSÃO COM O ENSINO MILITAR

32-45

Major de Artilharia **ROBERTO PEREIRA DE LIMA JÚNIOR**.

OS REFLEXOS DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO ATUAL EXÉRCITO BRASILEIRO

46-57

Tenente-Coronel **RODRIGO OLIVEIRA GENIAL**.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL E O TENENTISMO: UM EXÉRCITO EM QUE AS IDEIAS ENCONTRARAM SEUS LUGARES

58-71

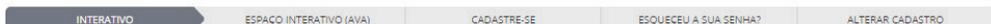
Major de Cavalaria **LUIZ EDUARDO MACIEL LOPES**.

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos a Doutrina Militar, acesse o seguinte endereço na internet:

<https://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>



PÁGINA INICIAL



Histórico

Fale Conosco

Localização

Subordinação

Formulário

INSTITUCIONAL

Visão do futuro

Valores

Missão



Missão Militar Francesa

General de Exército R/1 Jonas Correia Neto

(In memorian)

(Artigo originalmente publicado na Revista DaCultura, Ano V, Nº 8)

A Missão Militar Francesa, que aqui funcionou, conosco e para nós, entre 1920 e 1940, é hoje quase desconhecida. Está meio esquecida. Porém, em certo período axial de nossa História Militar, teve presença e ação destacadas. A Missão (MMF) era integrada por militares do Exército francês, na maioria oficiais superiores, meticulosamente escolhidos pela sua alta chefia para realizar trabalho exigente e importantíssimo no nosso país, sobre o qual pouco ou nada sabiam.

Veio a MMF para cá no cumprimento de um contrato que possibilitou o intercâmbio cultural e militar entre Brasil e França com muito sucesso durante vinte anos.

Foram anos atarefados, afanosos. Houve constante progresso na busca dos fins colimados, com resultados gradualmente mais recompensadores, tanto para os militares franceses, que foram se ambientando e se revezando na Missão, quanto para a instituição Exército Brasileiro.

Não fora fácil, anteriormente, superar as querelas e firulas no tocante à vinda de uma missão militar estrangeira, para nos assessorar e ensinar, tirando-nos de um atraso debilitante e desanimador.

Questões essenciais umas, irrelevantes outras, foram todas levantadas, utilizadas e remexidas pelos interesses e opiniões que se debatiam em uma porção de foros. Em posição central nos debates, estava o Exército, carente de lufada de modernização pretendida e consciente da urgência.

O quadro geral visível era preocupante. Vultos ilustres, esclarecidos e patriotas insistiam na pronta recuperação do Exército, cujo ministro civil, Calógeras, chegou a lançar ao Parlamento esta capital pergunta: “O Brasil quer possuir um exército? Se quer, porque reconhece sua necessidade. Então, tem-se de lhe assegurar as condições para realizar o papel que lhe compete – e isso não pode ser mais postergado.” Afinal, entre a Alemanha (vencedora da distante guerra de 1870) e a França, vencedora da Primeira Guerra Mundial e culturalmente muito mais aproximada do Brasil, optou-se por trazer

os franceses. Afirma um historiador francês atual (nosso amigo Jean Pierre Blay) que “a Missão era necessária ao Brasil, e era essencial para a frágil liderança da França”. Para a França pós-Versalhes, era coisa muito séria, cuja importância estratégica e diplomática se desvela na composição inicial da MMF, pois o General Gamelin – seu instalador – era uma das personalidades símbolos da vitória de 1918.

Via-se, na programação que regulava os primeiros relacionamentos, que os profissionais que compunham a Missão viriam para revolucionar o estilo, os conhecimentos, a capacidade de ação do nosso Exército. Em linguagem chã, viriam para desestagná-lo. As mudanças introduzidas nele seriam impulsionadoras de notável evolução. Começariam pelas medidas documentais e organizacionais, desde logo estabelecidas e aos poucos postas em execução; e alcançariam, em curto prazo, um efetivo primordial ao êxito: a alteração positiva da mentalidade militar imperante.

O fator preponderante para os bons resultados encontra-se nos próprios locais de aplicação dos esforços: a Escola de Estado-Maior e a nova Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Fazendo que a MMF atuasse logo nas escolas mais importantes para o aprimoramento cadenciado do oficialato, do capitão ao coronel, a Força Terrestre confirmava sua intenção reformadora, que também era soerguidora.

Quanto à Escola Militar, o berço da preparação para o oficialato, uma inexplicável decisão fez que ficasse fora da ação direta da Missão. Receio e prevenções neutralizadoras, pruridos exagerados seriam causadores dessa discriminação. Entretanto, naquela Escola já vinham-se impondo, desde o começo de 1919, uma nata de oficiais selecionados por concurso prático: eram os instrutores da chamada “missão indígena”. Eles eram idealistas e pragmáticos; chegada a MMF, buscaram conhecer as novidades trazidas por ela e passaram a usá-las, dentro das limitações do seu escalão – menor, porém básico. Pode-se dizer que já estava aí uma parte do “efetivo MMF” afirmando-se.

Em 1924, corrigiu-se a anomalia e ao Realengo também acorreram os mestres franceses, dando aos jovens alunos um suporte profissional rico em ensinamentos, dos melhores da época no mundo.

Outras escolas foram abarcadas, ou criadas, como as de Aviação Militar (que já vinha funcionando, em moldes próprios, havia alguns anos, com instrutores também franceses), de Intendência, de Administração Militar, de Veterinária. Projetava-se paulatinamente o trabalho da MMF, que transcorreria sempre com muito vigor e enorme sucesso.

A partir das escolas, os conhecimentos, após absorvidos e adequados à realidade brasileira, iam sendo apresentados – pelos assessores da Missão e pelos brasileiros por ela instruídos – aos altos órgãos militares (notadamente o Estado-Maior do Exército) aos grandes comandos de área e operacionais e às demais organizações militares, de tropa e de serviços.

Sob a orientação, a condução, a supervisão (até a direção, em alguns casos) dos oficiais franceses, verificou-se revigorante guinada nas condições de funcionamento do Exército, seja nas atividades-fim, seja nas atividades-meio, como seria de se esperar. O ensino militar e a administração militar, em todos os níveis, rapidamente deram saltos de qualidade. Foram criados alguns órgãos específicos para o atendimento das novas recomendações do surto de mudanças; outros, existentes, foram reformulados ou extintos.

A instrução da tropa, sim, teve uma reviravolta, transformando-se, pouco a pouco, de monótona, nada prática (quando havia...) em dinâmica, objetiva; passou da inércia à movimentação, embora ainda não à sonhada eficiência, que dependia de outras condicionantes, a maioria alheia à Missão.

Os exercícios em campanha – nome pomposo para o que se fazia – procuraram sair dos terrenos próximos aos quartéis para outros melhores, capazes de proporcionar os espaços e aspectos topográficos requeridos. Alguns campos de instrução, disponíveis, (Saicã, Gericinó e poucos mais) começaram a ser utilizados com percepção do seu valor para a instrução e, sobretudo, para o adestramento.

O que se fazia ainda era pouco, mas criavam-se hábitos que permaneceriam. Tradicionais exercícios, sabidamente ultrapassados, por inócuos, foram cedendo lugar a manobras mais objetivas, com ênfase na ação de comando, no fogo e no movimento, na segurança, no emprego útil do material bélico, no funcionamento azeitado e oportuno dos apoios e serviços.

O empirismo, a cópia servil de planos e ordens foram naturalmente abolidos. Privilegiou-se o estudo de situação, cujo mérito era ressaltado e que se tornou relevante nos estudos militares, como ponto essencial da arte de comandar.

É evidente que tudo isso não aconteceu depressa, nem certinho, nem em toda parte. Os trabalhos foram sendo realizados aos poucos, com persistência e esforço, com

devotamento. Seus produtos foram aparecendo, ora mais ostensivos, ora mais modestos; já era muito no lugar de quase nada. Muitíssimo foi feito. O principal foi a sacudidela na nossa mentalidade, afrouxada por anos e anos de desatenção com as coisas castrenses e de despreparo profissional reconhecido e não corrigido. Agora, o compromisso recíproco com a MMF nos impunha que houvesse energia para a superação dos óbices.

Havia questões que levavam a discussões homéricas e a posições irreduzíveis. A mais gritante, por óbvio, era a doutrina. Custou, até ficar claro que não nos seria imposta uma doutrina militar francesa, mas que iríamos, isto sim, aproveitá-la para reajustar a nossa (se é que realmente tínhamos uma consagrada, merecedora do título). Os franceses mesmos tiveram a correção e a iniciativa de discutir conosco as colocações que pareciam melhores, em face das condições brasileiras – geográficas, geopolíticas, sociológicas, econômicas, históricas.

Foi a Missão que nos despertou para a relevância de pensarmos competentemente na guerra, de estabelecermos uma concepção plausível da nossa guerra. Guerra essa que – podemos concluir – não seria uma rígida defensiva à outrance, não seria uma atitude passiva; ao invés, seria uma postura dinâmica, desgastante do inimigo, preparatória de uma contraofensiva pronta, bem montada e desencadeada, decisiva. Portanto, uma disposição ofensiva.

Ao contrário do que geralmente é acreditado e repetido, ao se engalfinharem na Primeira Guerra Mundial, tanto a Alemanha quanto a França estavam imbuídas da mesma ideia básica: ofensiva. Na Alemanha, era antigo posicionamento, decorrente da crença exaltada nas vantagens da iniciativa do ataque, com surpresa e potência. Na França, devia-se à teimosa pregação, por anos a fio, do General Foch aos seus alunos e comandados: “A vontade de conquistar é a primeira condição da vitória”. Os instrutores franceses não estavam amarrados a uma prioridade defensiva. As excelentes aulas de História Militar, a qual estava nos currículos das escolas, expunham as campanhas de campeões da guerra (Napoleão à frente, como devido), onde a única constante era a consecução da vitória. Agressividade, não tibieza.

O corpo de doutrina consolidada na documentação de base, elaborada sem demora, definia e explicitava, em seu conjunto fracionário mas integrado, nossa nova formulação doutrinária. Ligado a isso, apareceram os regulamentos e instruções para: Serviço em Campanha; Serviço de Estado-Maior em Campanha; Comando e Emprego

das Grandes Unidades; os Exercícios e o Combate da Infantaria; os Exercícios e o Combate da Cavalaria; os Exercícios, Emprego e o Tiro da Artilharia; Observação Aérea; Regulação do Tiro de Artilharia; Inspeções, Revistas e Desfiles; Emprego dos Meios de Transmissões; Alimentação em Campanha; Serviço de Retaguarda; Instrução Física Militar; Minas; Pontes; Manobras (com atenção para as armas e os engenhos especiais) etc.

Houve uma massa de trabalho e de produção que surpreende pela rapidez do apronto (em dois anos, a maior parte estava terminada, por tradução adequada ou por elaboração integral), além do cuidadoso e exato conteúdo; e a seguir, pela sua difusão escalonada – escolas, estados-maiores, tropa – para que fosse evitado alimentar qualquer choque, Brasil a fora, entre oficiais desnivelados na cultura profissional.

Quanto ao material bélico, a sugestão apresentada no programa de aquisições foi consequente a um primeiro contato feito pelo chefe da MMF com organizações militares brasileiras (na capital e no sul), ainda antes e logo no início do funcionamento da Missão.

Ali se mostrava a necessidade de se obterem canhões e obuseiros para a Artilharia, petrechos leves e pesados para a Infantaria, carros de assaltos para a Cavalaria, equipamentos de pontes (de pontões) para a Engenharia, material de transmissões, aeronaves de caças, de reconhecimento e observação e de bombardeio etc. O Brasil encomendou o que nos foi possível. Recebemos muita coisa, mas a aproximação da Segunda Guerra Mundial entrou os negócios em andamento.

As “grandes manobras” em Saicã (RS), no primeiro quadrimestre de 1922, constituíram-se na prova concreta do aproveitamento dos quadros dirigentes e executantes. Da tropa é fato que ainda não tanto. Outros exercícios e manobras, em diversas áreas, cada vez mais volumosos, complexos e compensadores, porque plenos de ensinamentos, foram executados enquanto aqui permaneceu a Missão.

Diversos exercícios de quadros foram realizados, em salas e no terreno; eventualmente, com frações de tropa, sendo visado o treinamento dos oficiais. Para esse fim, organizaram-se jogos de guerra, de muita valia, embora rudimentares, se comparados aos sofisticados de hoje.

Seria bom que pudéssemos nos deter em comentários acerca do pessoal engajado, componente da Missão. Durante a vigência dos sucessivos contratos, com renovações e alterações

textuais, mais de cem oficiais franceses, além de uns poucos suboficiais e especialistas, preencheram os efetivos funcionais. E cabe lembrar que, à chegada do primeiro escalão da MMF, havia mais de um ano que já se encontravam no Brasil os membros da missão aeronáutica, instrutores e cooperadores da Escola de Aviação Militar (do Exército), que iria ser absorvida no conjunto MMF.

Nesses dois decênios, houve muitas movimentações. Uns iam-se embora daqui, por tempo findo ou para nova comissão; outros chegavam para servir entre nós. Seus nomes estão registrados, ainda que existam muitas lacunas, inexplicáveis e lamentáveis. Somos gratíssimos a eles. Traziam considerável credenciamento profissional, ilustrado por dois cunhos insígnies: a primorosa formação (a maioria era saída da escola de Saint-Cyr, outros da politécnica, de Versalhes, de Saumur) e a aplicação incomparável na guerra. Nesta, todos eles haviam participado; quase todos entraram diretamente em combate; muitos foram feridos em ação. A Cruz de Guerra e a Legião de Honra eram condecorações que portavam orgulhosamente. Tudo isso era motivo de confiança. Alguns deixaram renome bastante saliente, no meio militar brasileiro, não só pela capacidade como pela personalidade cordial, gerando admiração e amizades duradouras. Certo de cometer injustas omissões, citamos: os infantes Dérougement, Corbé, Carpentier; os cavalarianos Gloria, Dalmassy, Durosoy Battisteli; o engenheiro (pontoneiro) Gueriot; os artilheiros Pascal, Weller. Mas não nos contemos em ainda pôr mais um foco de luz nas figuras emblemáticas dos comandantes Battisteli, o esplêndido cavaleiro, e Weller, o virtuoso do tiro de Artilharia, padrão de “capitão de GA Cav”.

Resta-nos falar daqueles que suportaram o peso da chefia, muito solicitada, que tiveram a tarefa permanente de conduzir os trabalhos a cargo da Missão, otimizando o planejamento e o desenvolvimento, e que o fizeram com responsabilidade, competência, profissionalismo, firmeza e habilidade. Não é uma qualificação vã; é um rol de características fundamentais ao exercício correto e proficiente do elevado cargo.

Começamos pelo General Maurice Gamelin, o sério, entusiasmado e ativo instalador da MMF, autor do primeiro programa-sugestão a ser cumprido e que foi o farol a iluminar todo o período. De passagem, convém acentuar que o ostracismo em que depois caiu – engolfado, inerte, perplexo – na tragédia francesa de 1940 não invalida, nem sequer mancha, sua estrutura de chefe.

Depois dele, que atuou durante quase cinco anos, estiveram à testa da Missão, em

sequência e por períodos diferenciados, os generais Frédéric Coffec, Joseph Spire, Charles Huntzinger, Paul Noel e Georges Chadebec de Lavalade. Nos intervalos, chefiaram interinamente os generais Eugène Durandin e Jacques Baudoin, antigos integrantes da MMF. Todos eles fizeram jus, com seus comandos, aos encômios e aos agradecimentos dos colegas brasileiros – alunos, instrutores colaboradores.

Tem-se de afirmar: o legado da Missão Militar Francesa ao nosso Exército foi extraordinário!

Ainda nos valemos dele. Foi aquilo que pôde ser, em vista da situação em que se debatia o Exército, lá por 1918/19, e da problemática interna do País justamente em 1922 e 1938. Ainda assim, foi muito. Porém, o melhor comprovante da excelência do trabalho da Missão está em que o desenvolvimento alcançado pela nossa Força Terrestre, graças ao influxo da sua ação, permitiu que, ao entrarmos na Segunda Guerra Mundial, possuíssemos quadros de oficiais aptos a agir bem na resposta corajosa aos graves desafios militares, como é exemplo grandioso a epopeia da FEB, para honra da nossa Pátria.

Somente essa distinta participação bélica seria suficiente para o reconhecimento dos magníficos serviços prestados pela Missão.

Jonas Correia Neto – General de Exército, nascido em 22 de novembro de 1925 na cidade do Rio de Janeiro. Aspirante-a-oficial da arma de Cavalaria, da turma de 1945, Turma Escola Militar do Realengo, foi Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Foi, também, o 1º Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Falecido em 6 de novembro de 2015.

Ao General de Exército Jonas, o preto de eterna gratidão da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A MISSÃO INDÍGENA E OS “JOVENS TURCOS”.

Major de Artilharia GEORGE **KOPPE** EIRIZ

1. INTRODUÇÃO

A Missão Militar Francesa (MMF) de Instrução junto ao Exército Brasileiro (EB) consistiu em um empreendimento do Brasil em parceria com a República Francesa para modernizar a doutrina militar brasileira e profissionalizar a formação dos seus quadros, tendo como ponto de propagação as escolas militares de formação e aperfeiçoamento de oficiais.

A necessidade da estruturação de um exército com real capacidade dissuasória era urgente, conforme discorre Bellintani (2009 apud PEÇANHA, 1986):

Durante mais de duas décadas, após a Proclamação da República, verifica-se, no Exército, uma situação, caracterizada por alguns historiadores como “lapso de segurança”, em que a Força encontrava-se muito abaixo das condições mínimas de operacionalidade necessária para fazer face a uma hipotética agressão externa.

A falta de preparo da força terrestre pode ser comprovada, em vários momentos, tais como a Revolução Federalista (1893-1895), a Revolta da Armada (1893-1894) e Canudos (1896-1897). Os baixos soldos, a falta de escolas, a carência de instrutores competentes no preparo militar, a ausência de material bélico moderno em funcionamento e as péssimas condições de infraestrutura foram outros motivos para a decadência da estrutura militar (BELLINTANI, 2009).

Nesse sentido, Roesler (2015 apud LUNA, 2011) afirma que, dentro das possibilidades de reforma do ensino militar, um assunto que vinha há algum tempo sendo debatido pelos oficiais “progressistas” do Exército era a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira de instrução, que viesse a solucionar os problemas de instrução e de ensino da instituição.

Com relação ao *modus operandi* supracitado para a modernização dos exércitos em âmbito mundial, Filho (1994, p. 15) tece o seguinte comentário:

O contrato de missões militares estrangeiras dos exércitos mais adiantados tem sido o caminho mais curto e mais econômico seguido pelo Chile, Argentina, Peru, países balcânicos, etc. Aliás, isso não é mais do que a aplicação, à organização das forças militares, do velho princípio empregado em todas as atividades; aprender com quem sabe.

Era forte a motivação para a contratação de uma Missão estrangeira. Duas correntes se estabeleceram desde o início, uma favorável à missão de origem germânica e outra à missão de origem francesa (MALAN, 1988).

O general Malan (1998, p. 39) complementa a ideia do parágrafo anterior e explica que a corrente pró-Alemanha encontrava seus mais importantes adeptos no Barão do Rio Branco, nos estagiários do Exército alemão e no Marechal Hermes da Fonseca. Por sua vez, destacavam-se entre os partidários da contratação de uma missão francesa o Adido Militar francês no Brasil, o Adido Militar brasileiro na França, o General Cardoso de Aguiar e o presidente Delfim Moreira.

Nesse ponto do trabalho, cabe uma pausa para registrar dois outros movimentos precursores à MMF e que estão diretamente a ela relacionados: os chamados “Jovens Turcos” e a Missão Indígena (MI), objetos do título do presente artigo e que serão detalhados no desenvolvimento do estudo em tela.

Roesler (2015) pontua que a derrota alemã no primeiro grande conflito mundial inviabilizou a contratação de uma missão militar germânica, favorecendo a contratação de uma missão francesa. Além disso, os representantes franceses, vendo perigo no avanço alemão em direção à instrução dos militares brasileiros, começaram, em 1910, a abrir precedentes com vistas a permitir a entrada dos brasileiros nos quartéis da França (BELLINTANI, 2009).

Bellintani (2009), reitera que a França desejava expandir sua influência no Brasil, mesmo em tempos de guerra, e um dos melhores meios para atingir esse objetivo era a oferta de instrução aos militares, mesmo que, para tal fim, fosse preciso receber oficiais brasileiros nas escolas francesas. Embora não fosse um país que recebesse receptivamente estrangeiros no seio da instrução militar, ela começou a ponderar sobre essa possibilidade inusitada, com vistas a angariar a confiança do Brasil e exercer sua influência no país.

A atuação da MMF nos estabelecimentos de ensino do Exército foi intensa e direta. Durante a vigência do contrato, seus membros estiveram responsáveis, além da instrução, pela própria direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de terem participado decisivamente das atividades de instrução na Escola de Estado-Maior (PIRES, 2012).

A seguir, será analisada a MMF no Brasil, concluindo-se sobre a sua relação com os “Jovens Turcos” e a Missão Indígena.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. OS JOVENS TURCOS

Segundo Bellintani (2009 apud CAPELLA, 1985), o Brasil enviou à Alemanha, nos anos de 1908, 1910 e 1912, pequenos grupos de militares, que ficaram conhecidos como os jovens turcos, para receberem instruções. A curiosa alcunha recebida por eles consistiu em uma alusão ao grupo idealista e atuante de moços em quem se apoiara a decadente Turquia para se soerguer ao patamar dos estados contemporâneos (FILHO, 1994).

A experiência na Alemanha e as novidades técnicas e táticas trazidas pela guerra que estava em curso influenciaram o grupo no ideal de elevar o Exército Brasileiro, através de uma instrução militar adequada aos novos tempos (ROESLER, 2012). A bandeira empunhada por essa jovem oficialidade foi a necessidade de se organizar e modernizar o Exército Brasileiro, com a finalidade de se atender às demandas da defesa nacional e do próprio Exército, como instituição partícipe da construção da Nação.

Os jovens turcos materializaram suas ideias por intermédio do lançamento da revista “A Defesa Nacional”, em 10 de outubro de 1913. Filho (1994, prefácio) destaca a quebra de paradigmas que tal publicação representou no seio do pensamento militar

brasileiro:

Essa revista apareceu por inspiração de uma plêiade de oficiais competentes e idealistas, que tomaram por modelo a similar germânica *Militär Wochenblatt* – um semanário onde eram difundidas técnicas e táticas em uso e eram livremente discutidas momentosas questões militares. [...] Ela surgiu no meio militar, ávido de mudanças para melhor, como um farol seguro, capaz de iluminar, alertar e apontar rumos. Foi ela a tribuna disponível, na qual animados militares fincaram pé, para dali bradarem seus pensamentos inovadores, às vezes ao arpejo das tendências oficiais.

Ao retornarem, engajaram-se num esforço devotado, quais pioneiros de uma causa nobre. Era um renascimento e eles, os incansáveis artífices (FILHO, 1994). Segundo Roesler (2012), ainda que a proposta da revista fosse abordar assuntos eminentemente profissionais, os seus editoriais apresentavam um forte conteúdo ideológico e doutrinário em favor, entre outras coisas, da profissionalização do Exército, do afastamento da política, da reforma do ensino militar e da lei do serviço militar. O discurso do grupo fundador nas páginas da revista influenciaria fortemente as reformas por que passariam o Exército e o ensino militar na década de 1910.

Para os jovens turcos, os novos tempos exigiam a formação profissional de novos oficiais: “[...] as nossas escolas militares deverão ter como principal objetivo a formação de oficiais instrutores, aptos a ministrarem nos corpos a instrução a seus comandados, surgindo diante deles não como neófitos, mas verdadeiramente como mestres” (ROESLER, 2012). Esse autor discorreu, ainda, que a influência dos “germanófilos” na formação de oficiais seria torná-la capaz de fornecer ao Exército militares comprometidos com seus deveres profissionais e aptos a desempenhar as suas funções nos corpos de tropa.

De acordo com Roesler (2012, p. 73), o Exército pretendido seria, então, “[...] uma escola de preparação para a defesa nacional, um órgão cuja função é receber os cidadãos de uma determinada idade, habilitá-los militarmente e restituí-los à vida civil [...]”. Dessa maneira, através do serviço militar obrigatório o Exército se tornaria “[...] a usina da defesa nacional¹”.

Foi a quase impraticabilidade da profissionalização da Força Terrestre que chamou a atenção para a necessidade da extensão da instrução militar para um número maior possível de cidadãos, assegurando uma reserva militar compatível com as necessidades de

1 A DEFESA NACIONAL, n. 16, jan. 1914, p. 102.

um país que pretendia a hegemonia na América do Sul, nas questões militares e de defesa (ROESLER, 2012).

Assim, os jovens turcos influenciariam a base do ensino dos jovens oficiais, a tradicional Escola Militar do Realengo (EMR). Tal fato é explorado por Roesler (2012, p. 2):

A necessidade de reformas no ensino militar, defendida não só nos editoriais de “A Defesa Nacional”, mas também por uma parte dos oficiais antigos do Exército, chamados de “progressistas”, não tardaria a sensibilizar, ainda, o Ministério da Guerra, que implementaria, em 1918 e em 1919, novos regulamentos para a Escola Militar do Realengo.

Motta (2001) destaca que os instrutores da EMR, à época das reformas de 1918 e 1919, possuíam um novo perfil psicológico, marcado pela influência dos oficiais que estagiaram na Alemanha. Torna-se importante, também, entender o pensamento militar dos Jovens Turcos como a principal determinante para a forte influência que o modelo alemão teve na Escola Militar e nos estatutos que reformularam o ensino militar das primeiras décadas dos Novecentos, o que definiria os parâmetros de atuação dos instrutores da Missão Indígena entre os anos de 1919 e 1923.

Quanto às deficiências de recursos materiais, as críticas feitas pela revista “A Defesa Nacional” se concentraram basicamente em dois itens: armamentos e equipamentos. Logicamente, outros problemas existiam, como instalações, fardamento e mobiliários, mas a conjuntura do pré-guerra e a não existência de um exército poderoso sem armas e equipamentos parece ter concentrado o discurso dos Jovens Turcos nesses dois itens (ROESLER, 2012).

A publicação citada no parágrafo anterior, naturalmente, em seus primeiros números, lutou pela implantação de uma missão militar alemã no Brasil. Por outro lado, Pires (2012, p. 33) ressalta o interesse econômico germânico nessa possível empreitada: “para muitos industriais alemães, fomentar esse terreno humano propagandeando as capacidades do material bélico daquele país representava uma maneira de ampliar a possibilidade de expandir seus negócios por intermédio da inserção de seus produtos no mercado brasileiro”.

Por fim, entende-se que o projeto de Exército defendido pelos Jovens Turcos nas páginas de “A Defesa Nacional”, baseado na extrema profissionalização de seus quadros e no fortalecimento da Instituição, não tinha o objetivo de emudecê-la completamente,

alheando-a da política nacional. Pelo contrário, acredita-se que quanto mais profissional o Exército se tornou, mais forte ficou, sentindo-se em condições de intervir na política e nos problemas da Nação (ROESLER, 2012).

Com o passar dos anos, a inquietude dos discursos dos Jovens Turcos adquiriu um caráter mais conservador e voltado para dentro da Instituição. Talvez o grupo já tivesse percebido os indícios de agravamento do descontentamento da jovem oficialidade em relação à situação política do País, e que mais tarde resultaria no Movimento Tenentista.

Conclui-se, parcialmente, que os Jovens Turcos constituíram um público idealista de caráter altamente inovador no seio da formação da oficialidade do EB e que influenciaram de forma indelével a década de 1910. Fazendo uso oportuno do seu principal meio de divulgação, a revista “A Defesa Nacional”, os germanófilos se apoiaram nos ensinamentos colhidos no estágio de corpo de tropa alemão na defesa do rompimento das estruturas vigentes a partir da profissionalização dos efetivos e do aumento do comprometimento individual na construção de um exército dissuasor, contribuindo, dessa forma, para influenciar militares e autoridades civis a advogar a necessidade de uma ampla reformulação no âmbito da força terrestre e criando um ambiente favorável para o advento da MMF.

2.2 A MISSÃO INDÍGENA

O grupo de instrutores selecionados que assumiu, na prática, em 1919, toda a estrutura de ensino militar do Exército ficou conhecido como “Missão Indígena”. Segundo o historiador Fernando Rodrigues e o próprio Marechal Odylio Denys, o nome da missão talvez esteja ligado à tentativa de se implantar uma missão militar formada genuinamente por instrutores nacionais e com uma cultura militar própria do Brasil, ainda que a base de sustentação ideológica da Missão apontasse para o ensino militar germânico (ROESLER, 2012).

Pires (2012) discorre que a Missão Indígena representou o ápice das ações dos Jovens Turcos na condução do adestramento dos futuros oficiais do Exército, permitindo a difusão das idéias e do pensamento bélico alemão junto aos jovens alunos da EMR. Assim sendo, atuou como fator multiplicador do número de simpatizantes e defensores dessa nova corrente castrense. Acrescenta, ainda, que aqueles idealistas, no desempenho de suas atividades, contribuíram para reduzir ao máximo a forte influência positivista na formação dos oficiais do exército.

Conforme afirma Roesler (2015 apud TREVISAN, 2011), a Missão Indígena resultou de um concurso para a escolha dos novos instrutores da Escola Militar do Realengo, ao final do ano de 1918. Tal fato consistiu em um reflexo da influência do modelo alemão, que já se fazia sentir não só nas reformas do ensino militar do final da década de 1910, como também na subordinação didática que o ensino militar passava a ter ao Estado-Maior do Exército (EME), órgão que teria a competência natural para a implantação da doutrina na Escola Militar.

Durante o período em que servia no gabinete do Ministro da Guerra Caetano de Faria, o então Capitão Leitão de Carvalho, um dos fundadores da revista “A Defesa Nacional” e partícipe da elaboração dos Regulamentos do Ensino Militar de 1918 e 1919, descreveu assim a Missão Indígena:

O Ministro Caetano de Faria, confiando em nossa capacidade para dar ao Exército cunho moderno e eficiente, prontamente concordou em mandar para a Escola Militar uma turma de instrutores experimentados, alguns ex-estagiários do Exército alemão, outros discípulos destes, que imprimiram no Corpo de Cadetes uma silhueta nova, levando a perfeição o conhecimento tático de todas as armas. A esse grupo, que a verve militar batizou com o nome de Missão Indígena, deveu a Escola Militar um passo largo no caminho traçado pelos elementos progressistas empenhados na renovação dos costumes militares (Roesler, 2015 apud Carvalho, 1961).

Tornava, assim, o Chefe do EME, pública a importância que ganhava a Missão Indígena, que teria o alcance inestimável de ser decisivo para divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução militar no Exército, dando-lhe eficiência crescente e definitiva, mantendo-o, com o tempo, sempre a par do progresso da arte da guerra nos países mais adiantados (ROESLER, 2015 apud DENYS, 1985).

O relato de vários ex-alunos da EMR à época da Missão Indígena permitiu refletir sobre as efetivas mudanças que se estabeleceram no cerne da formação da oficialidade do Exército Brasileiro. Segundo o general Macedo Soares “por influência dos ‘jovens turcos’ e da Missão Indígena, houve grandes mudanças no ensino da Escola, até então muito teórico” (ROESLER, 2015)

Os alunos da EMR começaram a se deparar com algumas “novas fisionomias”, o que indicava um novo acontecimento. Roesler (2015 apud Bley,1976) relata a visão deste último autor que fora aluno da EMR:

que iria transformar fundamentalmente nossa então filosofia de vida. [...] Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta constituída por uma plêiade de oficiais de escol rigorosamente selecionada em concursos; [...] dedicada e consciente de seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa de cumprir, iria exercer notável e decisiva influência na nossa formação profissional.

O general Bley destacou que o rigor dos exercícios práticos somado ao aumento das punições disciplinares, que quase sempre resultavam em prisão, resultou em um “grande golpe psicológico inflexivelmente executado” (ROESLER, 2015 apud BLEY, 1976)

A Missão Indígena, num golpe de inteligência, havia compreendido que só pelo trabalho intenso podia “quebrar” nossas energias de moços. E foi o que aconteceu. As quatro horas de instrução ao sol e areias quentes de Gericinó aos rigores de exercícios viris e diversificados “quebravam” qualquer um.

Atuando tanto como instrutores quanto disciplinadores, os oficiais da Missão Indígena foram incansáveis no ímpeto e no rigor. O Regulamento de 1919 servira-lhes de cartilha, seguindo-o, segundo Motta (2001, p. 263), com extrema fidelidade (ROESLER, 2015).

Segundo Lemos (2014, p. 59), a Missão Indígena consistiu em um dos resultados mais claros da ampliação da “mentalidade prussiana” no Exército brasileiro. Por um lado, os oficiais mais antigos e que possuíam uma mentalidade “arcaica” (eram de patente superior à dos reformistas germanófilos, em sua maioria) viam no rigor dos novos oficiais um desrespeito à hierarquia. Por outro, para instituir o rigor e o respeito à hierarquia militar e política, era preciso mudar a mentalidade do Exército naquele momento e afrontar a própria hierarquia.

O “espírito prussiano”, entretanto, era excessivamente rigoroso para os padrões do Exército Brasileiro na época e, por isso mesmo, produziu em efeito grave de insubmissão da EMR. A observância devotada das normas regimentais dos oficiais em formação e o respeito inquestionável à hierarquia pregados pela entidade fizeram com que os alunos da EMR – na qual os “jovens turcos” e seus seguidores eram instrutores desde

1920 – fossem os únicos a aderir à Revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922 (LEMOS, 2014).

Consoante com o que pontua Lemos (2014, p. 64), o excesso de aplicação na disciplina fez com que os oficiais da EMR se rebelassem, o que levou ao afastamento da Missão Indígena e abriu as portas da entidade aos instrutores franceses.

Conclui-se, de modo parcial, que a Missão Indígena se traduziu pelo período de maior influência dos princípios prussianos na EMR e, por consequência, na mentalidade dos alunos, reduzindo, portanto, a influência positivista na formação da oficialidade da força terrestre. No entanto, ao cometer excessos no rigor e na disciplina e ao pregar maior participação efetiva nos destinos da nação, os instrutores da MI formaram uma massa crítica revoltosa que participaria de movimentos de caráter reformista, decretando, sem dolo, o fim da preferência das autoridades brasileiras pela adoção de uma missão alemã, o que abriu, definitivamente, o caminho para a decisão pela contratação da MMF.

2.3 A MISSÃO MILITAR FRANCESA

O Decreto número 3.742, de 28 de maio de 1919, autorizou o Governo do Brasil a contratar na França uma missão militar para fins de instrução. Em 8 de setembro do mesmo ano, ocorreu a assinatura do contrato que possibilitou o desembarque, em março de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, dos primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gamelin.

A Missão Militar Francesa (MMF) ficaria incumbida principalmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além do comando da Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior). Entretanto, tardaria a entrar na Escola Militar (ROESLER, 2014 apud RODRIGUES, 2010).

A MMF, segundo o General Malan, em sua obra “Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro”, foi subdividida em quatro fases: de 1920 a 1924; de 1925 a 1930; de 1930 a 1933 e de 1934 a 1940. O presente trabalho se limitará a apresentar a influência da missão no tocante à reformulação do ensino militar, relacionando-a aos “jovens turcos” e à Missão Indígena sempre que possível.

Segundo Malan (1988, p. 98), cinco escolas foram instaladas pela Missão. Uma já

estava funcionando no Campo dos Afonsos, a Escola de Aviação. Duas foram acionadas em 1920, a Escola de Estado-Maior e a Escola de Aperfeiçoamento; e dias outras que só começaram a funcionar em 1921, a Escola de Intendência e a Escola de Veterinária.

Por ocasião da solenidade de inauguração da Escola de Estado-Maior, tal como os instrutores da Missão Indígena, o general Gamelin destacou a importância da Doutrina: “e, quando estiverdes progressivamente habituados a encará-las (as questões táticas) da mesma maneira, poderemos dizer que a Doutrina passou para os vossos reflexos” (MALAN, 1998, p 109).

Conforme discorre Malan (1998), surgiram e se tornaram perenes os quatro fatores da decisão: Missão, Inimigo, Terreno e Meios. Em 1920, realizou-se a “Manobra de Quadros do Exército”, que reuniu documentação de exercício e de três conferências doutrinárias do próprio Gamelin.

A transmissão objetiva, sistemática e consciente dos ensinamentos, antes apresentados em sala e teóricos, foi o que caracterizou a primeira fase quanto à instrução. Em tática, o caso concreto, tão próximo da realidade, passou a ser vivido intensamente pelos alunos assim como aqueles que haviam montado a manobra (MALAN, 1998).

Ao final da segunda fase, Malan (1998, p. 154) reproduz o relatório do Ministro Setembrino de Carvalho quanto às primeiras impressões da MMF:

A Missão Militar Francesa, cuja competência e honestidade profissionais estão acima de qualquer discussão, prestou ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiram ao ensino na Escola de Estado-Maior, fazendo com que os Oficiais alunos vivessem a vida dos Exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das Grandes Unidades e com o funcionamento de todos os Serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatado nas manobras anuais.

O general Tasso Fragoso, então na Chefia do Estado-Maior do Exército (EME), quando da cerimônia de entrega dos diplomas da Escola de Estado-Maior, em dezembro de 1931, pronunciou notável discurso na qual mostrava a evolução do conceito de Oficial de Estado-Maior, desde que havia sido criado o EME, em 1839, até a formação do Quadro Aberto, função da instrução ministrada pela MMF a partir de 1920.

Dirigindo-se diretamente aos formandos, o Chefe do EME ressalta o âmago das

transformações advindas da MMF naquela Escola:

Não olvideis a nossa Escola. É aqui que se modela o cérebro do Exército. Dentro desta casa vos apercebestes para auxiliar o Comando e para o Exercício deste mesmo Comando. [...] e esse punhado de princípios que dominam a guerra de todos os tempos; mas, cumpre não esqueçais que aprendestes sobretudo um método de raciocínio sobre os problemas que a guerra ocasiona. Para vossa profissão esse método é tudo. [...] Em uma palavra: saístes provido de uma doutrina, pois tudo isso é, na verdade, uma doutrina de guerra, é até a nossa Doutrina (MALAN, 1988).

De acordo com Malan (1988, p. 181), a última fase da Missão pode ser caracterizada por um início de declínio, seguido de uma intensa atividade de reorganização, complementada pela divulgação de conhecimentos de alto escalão. Quanto à instrução, consolidava-se a ação das Unidades-Escola que passaram mais tarde a constituir um Grupamento e, hoje, uma Brigada.

No que respeita ao ensino, criou-se um acesso coerente, desde a formação do Subalterno e inclusive do Capitão, a do Oficial Superior até o posto de Coronel e o do General, através de degraus perfeitamente balizados. Surgiram novas especialidades, compartimentou-se o ensino para aprofundar o conhecimento dos executantes sem perda de sua participação no conjunto (MALAN, 1988).

Segundo Pires (2012), é possível afirmar que a MMF não foi um ator isolado na dinâmica da evolução militar do Exército Brasileiro, uma vez que o processo já estava ocorrendo por intermédio das reformas institucionais (principalmente, a Mallet e a Hermes), das quais os “jovens turcos” a Missão Indígena foram consequências.

Conclui-se, de forma parcial, que a implantação da MMF impactou a transmissão dos conteúdos nas escolas militares, imprimindo conceitos doutrinários, uma memória documental e a real vivência tática pelos alunos, coroando-os com o domínio de um método racional para a solução de problemas militares. Além disso, escalonou a formação do oficial por ciclos desde a formação até o posto de general, marcando, pereneamente, a modernização do EB, o que se faz presente até a atualidade.

2.4 O RELACIONAMENTO DOS JOVENS TURCOS E A MISSÃO INDÍGENA COM A MMF

A MMF possui alguns pontos de conexão com as ideias propagadas pelos inovadores jovens turcos e também decorrentes das mudanças advindas com a Missão Indígena na EMR.

Pires (2012) ressalta que a Missão Indígena preparou o terreno humano para a chegada de uma missão militar estrangeira de instrução junto à jovem oficialidade do Exército Brasileiro, a partir do momento em que propugnou uma mudança no pensamento militar e inseriu novas técnicas de instrução. Essa geração seria uma das forças motrizes que impulsionariam a profissionalização do exército nas próximas décadas.

O processo de desenvolvimento da capacidade operacional do exército foi impulsionado pelas ações dos Jovens Turcos e dos integrantes da Missão Indígena, os quais preparam a base rumo à profissionalização do soldado, contribuindo sobremaneira para os trabalhos que viriam a ser conduzidos pela missão estrangeira que o Governo Federal viria a contratar (PIRES, 2012).

Pires (2012) destaca, ainda, que os Jovens Turcos, principalmente por meio da atuação da Missão Indígena junto à Escola Militar, introduziram a mudança de pensamento e tornaram o processo de formação mais prático, voltado para a instrução. Sem dúvida, uma de suas principais contribuições para o processo de modernização do exército foi a mudança da cultura organizacional, preparando seus efetivos para as inovações que adviriam da MMF.

Além disso, a Revista “A Defesa Nacional”, acabou por fazer importante descrição das condições do material, administração e de emprego, na época do Exército Brasileiro (FILHO, 1994). Dessa forma, propagou no imaginário militar a urgência de se modernizar a força terrestre após o fim do primeiro grande conflito mundial.

Conforme destaca Malan (1988), no Brasil, “A Defesa Nacional” centralizou as apreciações sobre a Missão. Assentada a contratação, os conceitos pessoais ou do grupo redatorial da revista foram positivos. Em janeiro de 1919, no número 64 da mesma publicação, o então primeiro tenente Mário Travassos foi veemente na sua pergunta que soava como uma resposta: “Quem poderá ser contra a Missão?”

O editorial do número 67 teve um título sugestivo: “A missão militar estrangeira. Bem-vinda seja!” E, ao se referir, em seu número 92, de fevereiro de 1921, à Reforma do EME, expressou: “As grandes linhas dessa reforma foram traçadas pela MMF, o que importa em recomendá-las como as mais simples e profícuas.”

No referente à reorganização de nossa indústria militar, o editorial do número 94, de abril de 1920, declara:

Agora que a MMF trouxe ao seio do nosso Exército um sopro de vida nova, ensinando as lições bebidas com grandes sacrifícios nos campos de batalha da última guerra, à nossa oficialidade excelente oportunidade se oferece para a solução do máximo problema – A criação do Quadro Técnico – indispensável ao bom funcionamento da máquina completa que o Exército representa.

Quanto ao ensino, cabe destacar algumas observações da mesma revista. No longo editorial do número 82, de 10 de maio de 1920: “As escolas de Estado-Maior, de Revisão (Escola?) e de Aperfeiçoamento de Oficiais estão em pleno funcionamento. Passou assim a MMF, do domínio preparatório, para o da execução.”

Sob o título “Problemas que esperam os novos Ministros da Guerra e da Marinha”, ainda a mesma publicação tornou a valorizar a presença dos franceses em nosso Exército. Filho (1994, p. 46) pontua os dizeres da revista: “sua ação catalítica há de ser irrecusável²”, reafirmando toda uma postura de que o mais importante a lucrar com a missão haveria de ser o global do trabalho, por seu sentido de unidade, atingindo todos os níveis e podendo perpetuar-se com a elaboração de um corpo doutrinário, do qual o Exército Brasileiro ainda era carente.

A chamada “Missão Indígena”, em vez de ser uma contestação à Missão Francesa, foi antes uma preparadora de sua chegada. Nunca houve ideia – e no caso oficial – de organizar um corpo de oposição à Missão. Malan (1988, p. 196) lança a seguinte reflexão: “como o Governo, que a contratava, iria criar um elemento contestador? Nem mesmo poderia admitir sua existência.”

Conclui-se, parcialmente, que tanto os “Jovens Turcos” como a MI lançaram as bases que suportaram a vasta gama de mudanças advindas com a MMF. Verificou-se que os oficiais de baixa patente inclinados a defender a implantação de uma missão militar alemã possuíam um grande sentimento de amor ao Exército e ao Brasil, pois de bom

2 A Defesa Nacional, Ano VI, nº 71 e 72, agosto de 1919, p. 377.

grado e com disciplina consciente passaram a divulgar as suas expectativas por reformulações e as realizações das equipes de instrutores franceses em território brasileiro.

3. CONCLUSÃO

A Missão Militar Francesa, os chamados “Jovens Turcos” e a Missão Indígena se constituíram em ações do Estado Brasileiro para a modernização da Força Terrestre com o advento dos desafios para a expressão militar no início do século XX. Dessa forma, o Brasil se alinhou às principais potências europeias dotadas de experiência em combate, a saber: a Alemanha, inicialmente e, depois, aos franceses.

Em síntese, conclui-se que a MMF se relaciona com os Jovens Turcos e com a Missão Indígena de forma profunda e temporal à medida em que estes dois fatos históricos antecederam o primeiro, preparando, com isso, as bases para o desenvolvimento daquela missão militar de instrução no Exército Brasileiro (EB).

Nesse contexto, os Jovens Turcos representaram, após o advento das reformas Mallet e Hermes, o primeiro esforço mais contundente para modernizar a força terrestre com base no pragmatismo e rigor da doutrina militar prussiana. Ousados, propagaram suas ideias aos demais Oficiais e autoridades do Governo através de uma “voz” de maior alcance, a revista “A Defesa Nacional”.

Consequentemente, alguns desses Jovens Turcos, após rigorosa seleção, desempenharam papel fundamental como instrutores e atuaram na transformação do ensino no cerne da formação do Oficial do EB, a Escola Militar do Realengo. Portanto, a influência germânica se efetou de forma marcante na praticidade, objetividade, organização moderna e profissionalização dos quadros da instituição, o que facilitou o ambiente inovador para a concretização da MMF.

Nesse diapasão, a missão militar de origem francesa encontrou um ambiente favorável para a sua adoção por parte das autoridades civis e militares brasileiras, tanto pelo fim da proposta germânica decorrente da participação dos tenentes e simpatizantes dos ideais políticos da MI na Revolta do Forte de Copacabana (1922) como pela derrocada alemã na Primeira Guerra Mundial.

Por fim, a atuação dos “Jovens Turcos”, da MI, e, finalmente, da MMF, marcaram eternamente a historiografia da evolução do ensino militar do Exército Brasileiro. As duas primeiras abriram definitivamente o caminho para a implantação da doutrina

francesa nas principais escolas da força terrestre, promovendo, desse modo, a modernização e a profissionalização deficientes desde o início do Brasil-República e permitiu ao País partir de um patamar bem mais elevado para optar pela substituição pelo modelo estadunidense às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS

Bellintani, Adriana Iop. **A Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. 2016. Artigo Científico-**Revista Meridiano** 47- nº 17, Brasília, DF, 2016.

Bley, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 666. p. 3-7. 1976.

Capella, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório**. 1985. 280p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985.

Carvalho, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo 1, 1961.

Denys, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **A Defesa Nacional**, n. 718, mar/abr 1985. pp. 5-18.

Filho, Jayme de Araujo Bastos. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994.

Lemos, Thiago Tremonte de. **Desejos de modernidade: o Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa de Instrução (1917-1927)**. 2014. 307f. Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social. São Paulo.

Luna, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

Malan, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988.

Motta, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

Neto, João Correia. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. 2013. 6 f. Artigo Científico- **Revista DaCultura**- Ano V- nº 8. Brasília, DF, 2013.

Peçanha, Sebastião. **O positivismo: reflexos para o exército, ensinamentos históricos**. Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares. Rio de Janeiro. 1986.

Pires, Carlos Frederico de A. **A contribuição da Missão Militar Francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro**. 2012. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares. Rio de Janeiro.

Rodrigues, Fernando. **Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco, 2010.

Roesler, Rafael. **Jovens Turcos e a Revista "A Defesa Nacional"**: representações de Exército e de Nação no início do século XX. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em História. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

_____. **O impulso renovador: a atuação da missão indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –CPDOC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, RJ, 2015.

Trevisan, Lauro. **Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011.

MISSÃO MILITAR FRANCESA: A RELAÇÃO DA MISSÃO COM O ENSINO MILITAR

Major de Artilharia ROBERTO PEREIRA DE LIMA JÚNIOR

1. INTRODUÇÃO

A Missão Militar Francesa (MMF) foi composta por militares do Exército francês, principalmente por oficiais superiores, que vieram para realizar trabalhos de grande importância para o Brasil. Os franceses chegaram no País para o cumprimento de um contrato que possibilitou o intercâmbio cultural e militar entre Brasil e França com muito sucesso durante um período de vinte anos.

Em 1906, no Brasil, o então ministro da Guerra Hermes da Fonseca teve iniciativas no sentido de transformar o ensino militar no País enviando alguns grupos de oficiais para estagiar no Exército Alemão. Esse grupo composto por tenentes e capitães ficou conhecido como “jovens turcos”, devido ao seu projeto modernizador e, por analogia, aos jovens oficiais otomanos que haviam estagiado no Exército Alemão e regressado à Turquia dispostos a modernizar o Exército e o regime.

No entanto, somente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial houve a percepção em termos de Segurança Nacional, da necessidade de se desenvolver uma indústria bélica, assim como possuir um Exército moderno e profissional. Tomou-se a primeira medida de impacto no sentido de reformar o ensino militar no Brasil, ao nomear jovens oficiais com ideais reformadores para o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. O grupo que passou a comandar a escola passou a ser conhecido pelo apelido de “missão indígena”, pois era composto unicamente por oficiais brasileiros.

Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro optou por contratar a MMF, em setembro de 1919, para auxiliar na instrução e modernização do Exército. As negociações para o contrato ocorreram em Paris, entre o adido militar brasileiro na França, coronel Malan d'Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau. Entretanto, a escolha dos franceses não era um consenso dentro do Exército, tendo sido essa decisão resultado de fatores políticos e conjunturais, tais como a presença do influente senador paraibano Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de Paris, aberta em 18 de janeiro de 1919, que sancionou a Alemanha e limitou o desenvolvimento de seu exército; a presença em Paris de uma importante missão de

compra de material bélico e de oficiais que combateram nas fileiras do Exército francês, desde 1917; a influência de importantes políticos do estado de São Paulo, que desde 1905 contavam com uma missão militar francesa para treinar a Força Pública estadual; o vínculo pessoal entre o então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, e a França; e o fato, mais contundente, de ter o Brasil declarado guerra à Alemanha.

Dentro de um período de vinte anos o Exército francês vendeu ao Brasil armas e equipamentos militares, e enviou instrutores para auxiliar no projeto de modernização do Exército Nacional. Completando esse intercâmbio, os melhores oficiais brasileiros estagiaram nas escolas militares francesas recebendo a instrução do Exército considerado neste momento o mais sofisticado. A MMF tinha como principal objetivo manter relações militares e comerciais favoráveis à França, criando uma política de intercâmbios.

Firmado o contrato, foi designado como chefe da missão o general Maurice Gamelin, que se encontrava em missão de reconhecimento no Brasil. O contrato foi assinado poucos meses depois na capital francesa e ratificado logo em seguida no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária, e que o Brasil se comprometia a privilegiar a indústria francesa em suas compras de armas e equipamentos militares com a condição de que o material oferecido, o prazo de entrega e os preços fossem no mínimo equivalentes aos de outros países fornecedores.

Embora tenha sido inicialmente contratada por quatro anos, a missão se estendeu por 20 anos tendo sido seu contrato renovado seis vezes. Sua atuação, embora se concentrasse no Distrito Federal, teve impacto nacional.



Foto 01: Estado-maior do Exército e a Missão Militar Francesa

Fonte: acervo do historiador Cláudio Bento

2. ANTECEDENTES

Em janeiro de 1919, ocorreu a reorganização do ensino militar e foi estipulada a sua abrangência, prevendo os cursos de armas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia); Curso de Aperfeiçoamento da Arma; cursos Técnicos de Artilharia, Engenharia, e Aviação; Estado-maior, Revisão, Intendência, Veterinária, Administração e o Curso de Aperfeiçoamento. O Curso das Armas era destinado aos oficiais subalternos da tropa nas diversas armas. Já o Curso de Aperfeiçoamento era dirigido aos capitães e tenentes das armas, contando com instrutores franceses. Os cursos técnicos de engenharia e artilharia destinavam-se aos segundos e primeiros tenentes, com vistas à sua habilitação para o exercício de funções técnicas.

Antes da chegada da Missão Militar Francesa, o ensino militar no Brasil era voltado para as ciências humanas e teóricas, e as disciplinas práticas aconteciam sem a execução de manobras de quadros. A estrutura existente formava os chamados bacharéis, ou seja era um tipo de educação que produzia escritores, burocratas e políticos, mas não comandantes de campanha competentes

Os Jovens Turcos e a Missão Indígena já iniciaram o processo de mudança de pensamento no ensino militar, introduzindo processos de formação mais práticos, voltados para a instrução Militar, sendo que uma das principais contribuições para o

processo de modernização do Exército foi a mudança da cultura organizacional, preparando seus efetivos para as inovações que ocorreriam com a chegada da Missão Militar Francesa.

O período que antecedeu à contratação dessa missão militar estrangeira foi caracterizado por acirrados embates no campo legislativo sobre a legalidade e a abrangência da missão. Basicamente, a disputa estava concentrada entre Alemanha e França, principais potências militares terrestres.

Contudo, a escalada da crise mundial durante a I Grande Guerra obrigava o País a decidir sobre a mudança da posição de neutralidade para uma aliança. O indiscriminado torpedeamento feito pelos submarinos alemães contra navios mercantes brasileiros levou o Congresso a reconhecer o estado de beligerância com a Alemanha e o Chefe do Poder Executivo a decretar guerra no dia 26 de outubro de 1917.

O curso político das ações não deixou alternativa, a não ser efetivar a vinda da MMF. Na verdade, era a ratificação da decisão política caracterizada pela declaração de guerra à Alemanha, tomada durante a I Guerra Mundial, representada pela abertura dos portos às unidades aliadas e encargo de patrulhamento no Atlântico Sul. Além disso, fora enviada uma missão médica (1918-1919), composta por militares e civis mobilizados, sob a orientação do General Aché, empregado um grupo de oficiais aviadores da Marinha e do Exército junto à Força Aérea da Tríplice Entente, e enviados oficiais do exército para participar do Teatro de Operações Europeu, dentre eles o jovem José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que exerceu o comando de pelotão no 4º Regimento de Dragões francês.

Apesar da contratação de uma missão militar de instrução junto à França ter sido autorizada pelo Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, a efetivação da assinatura do contrato só ocorreu em 08 de setembro do mesmo ano. Porém, o início das atividades da MMF só ocorreu em março de 1920, com a chegada ao Rio de Janeiro da primeira leva de instrutores, sob o comando do General Gamelin.

3. A RELAÇÃO DA MISSÃO COM O ENSINO MILITAR

Segundo o Marechal João Batista de Mattos, o período de adaptação da missão não foi fácil, pois os franceses não falavam o idioma português, os ensinamentos eram quase todos frutos de observações pessoais de casos vividos na guerra. Ainda, não existiam os regulamentos resultantes da experiência, e entre eles, poucos ou nenhum tinha sido instrutor.

Entretanto, desejava-se da MMF seu empenho, de forma que fosse transformado o ensino no âmbito da Força Terrestre, de tal feita que seus alunos pudessem surgir como legítimos e autênticos profissionais militares, ou seja, capacitados comandantes e

proficientes instrutores.

A seguir, poderá ser observado o envolvimento e a grande influência que a MMF teve nas escolas militares, e conseqüentemente sua importante influência na transformação do ensino militar no Brasil.

3.1 A MMF E A ESCOLA DE ESTADO-MAIOR (EEM)

A EEM já funcionava antes da chegada dos franceses, porém com deficiências. Era previsto que o curso tivesse a duração de três anos, com as matérias de estatística, geografia militar, geografia, física, tática, estudo de fortificações, armamento, legislação militar, trigonometria e higiene militar, no primeiro ano; tática, estratégia, serviço de estado-maior, organização dos exércitos sul-americanos, direito militar, direito internacional, economia política, geodésia, desenho e cartas geográficas, no segundo ano; e, no terceiro ano, trabalhos práticos e provas finais.

Aos militares que fossem servir no Estado-Maior do Exército (EME), a EEM deveria ministrar instrução militar complementar, mas essa instrução não atendia às necessidades do Exército. O que ocorria era, segundo Araújo Martins (2003), em seu trabalho de pesquisa, uma mistura de ensino da escola de formação de oficiais, com ensino militar intermediário, que não existia, como a EsAO, e com ensino superior acadêmico, gerando um ensino técnico e teórico que não dava-lhes embasamento.

Após dois anos na inatividade, a EEM só passou a vigorar com suas reais funções após a chegada da MMF, com cursos de Estado-Maior e o de Revisão. O Curso de Estado-Maior para capitães e tenentes tinha a duração de três anos e, para oficiais superiores, tinha duração de um ano. Já o Curso de Revisão era destinado aos oficiais superiores e tinha duração de um ano. Em 1929, o curso de EM passou a ser requisito para a promoção ao posto de general de brigada. Como ressalta Araújo Martins (2003): "A Escola passou a ter como finalidade ser um instituto militar de ensino destinado a formar o oficial de EM que seria o assessor imediato do Comando das Grandes Unidades".

Uma das principais características dessa fase foi a montagem de grandes exercícios baseados numa concepção estratégica defensiva, nos moldes da utilizada pela França durante a I Guerra Mundial, seguida de uma maciça contraofensiva.

O curso de Estado-Maior passou a dar ênfase ao estudo da história militar e da estratégia, e também às conferências sobre mobilização, vias férreas e os serviços de saúde e intendência, e ao emprego do método, passando a considerar, no estudo de situação, os fatores para a tomada da decisão: missão, inimigo, terreno e meios. O método serviu para que os mestres franceses procurassem conduzir os alunos à aplicação da doutrina, apresentada como instrumento de aprendizagem.

O estudo da História Militar foi incentivado e utilizado como base para a disciplina Estratégia, focando nas batalhas de Napoleão Bonaparte, Guararapes e da Guerra da Tríplice Aliança. Ao mesmo tempo, desenvolveu a mentalidade de acompanhamento do pensamento militar dos principais exércitos do mundo e, em especial, dos potenciais adversários num conflito bélico na América do Sul.

Outra inovação da MMF foi a utilização de documentação escrita previamente distribuída para o estudo prévio dos temas táticos, em substituição ao tradicional modelo de conferências proposto pela corrente alemã. Além desta inovação no processo de ensino da EEM, incrementou a sistemática de jogos de guerra trazida pelos jovens turcos e introduziu a realização dos exercícios no terreno, ampliando o sistema de manobras de quadros no Exército e inovando mais uma vez na condução do ensino na referida escola. O que se estudava em sala, aplicava-se no terreno.

Foi conduzido, na EEM pelos franceses, o Curso de Informações destinado a oficiais gerais, convidados pelo Estado-Maior do Exército, cujo principal objetivo era permitir a atualização dos mesmos sobre os aspectos ligados à estratégia e à tática.

O papel da MMF junto à escola foi além do simples ensino de táticas e método, objetivou a formação de uma massa crítica conhecedora da conjuntura nacional e internacional, capacitando da melhor forma possível o futuro chefe militar. Também permeou o campo dos valores morais e éticos, fortalecendo o espírito militar e o sentimento pátrio.

Houve ainda, participação dos instrutores da MMF na condução do curso de Alto-Comando a partir de 1939. Este curso passou a ser uma condição indispensável para ascensão do oficial de estado-maior ao generalato, podendo este ser considerado como a origem do atual curso de Política, Estratégia e Alta-Administração do Exército (CPEAEx), criado na ECEME em 1986.

3.2 A MMF E A ESCOLA DE ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EAO)

A EAO, criada em 1919, recebia capitães e tenentes antigos das diferentes Armas do Exército. Destinava-se, como ocorre até os dias atuais, a completar a instrução técnico-profissional desses oficiais, de forma que pudessem desempenhar, nas condições impostas pela guerra moderna, as funções de comandantes de subunidades e, ainda, prepará-los para postos superiores até o de comandante de unidade, cargos de liderança.

Seus alunos eram preparados para dar ordens e fiscalizar sua execução, para estarem cientes de tudo o que se passasse, e para manterem constante ligação com autoridade superior e com seus subordinados.

Além de uma instrução técnica especial relativa a cada Arma, uma tática geral era ministrada pela MMF, todas atuando em sintonia e cooperação para a batalha. Havia também instrução geral, cujas matérias trabalhadas eram história, ligação e comunicação, geografia, armamento e material, topografia, higiene militar e serviço de saúde, na qual o aluno era posto em contato com os grandes problemas que a guerra moderna impunha.

A partir de 1928, passou-se a exigir o Curso de Aperfeiçoamento para o avanço de posto hierárquico dos militares.

De acordo com o Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes, aperfeiçoado nesse estabelecimento de ensino, sob a influência dos instrutores franceses, “A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO) constituiu, a meu ver, o mais eficiente órgão de ensino criado por sugestão da Missão Militar Francesa. Comandada por um oficial francês, o Coronel Barrat, e servida por instrutores franceses, iniciou com pleno sucesso o aperfeiçoamento dos capitães das armas”.

3.3 A MMF E A ESCOLA MILITAR

A Escola Militar, princípio da vida militar no País, possuía muitos problemas, tais como a falta de instrutores qualificados e a ausência de disciplinas práticas, que caracterizassem um ensino militar. A MMF teve entrada na escola somente a partir de 1924, quando passou a desenvolver seus trabalhos de instrução prática, com serviços de campanha, exercícios de tiro e de educação física.

A Escola Militar tinha a duração de três anos. No primeiro ano, o curso fundamental tratava de matérias como a organização geral do Exército, direito constitucional, geometria, higiene militar, administração, armamento, física e eletricidade. Na parte prática, os alunos faziam aulas de educação física, esgrima e tiro com fuzil.

Já no segundo ano, aprendiam os regulamentos de campanha, fortificações, topografia, química, cálculo, mecânica e explosivos. Na parte prática, faziam ginástica, tiro de mosquetão, equitação, construção de pontes, entre outros.

No terceiro ano o aluno escolhia a sua arma e ingressava em um dos cursos, sendo eles o curso de infantaria, cavalaria, de artilharia e o curso de engenharia, aprendendo as técnicas e táticas de emprego atinentes à sua arma.

A Escola passou a contar, pela primeira vez, com um oficial da MMF, especialista em educação física. O treinamento físico militar ganhou novo ânimo com o trabalho realizado por esse oficial, que instruía monitores selecionados para retransmitir os conhecimentos adquiridos a todos os alunos, sob a supervisão desse especialista.

A Escola Militar do Realengo transformou-se interna e externamente, sob o

comando do Coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, Oficial que trazia em sua bagagem de experiência militar o mérito de ter combatido nas fileiras do Exército francês na I Guerra Mundial. Deixa de ser simples “quartel” para ser educandário. O Cadete ganhou novo uniforme, lembrando as mais caras tradições do Exército, passando a portar o espadim de Caxias e a conquistar uma posição na sociedade carioca.

Impulsionados, então, pelo entusiasmo do Coronel José Pessoa, foram submetidos a rigoroso sistema de formação profissional em que as exigências de ordem moral e ética, bem como as de estudo científico e militar buscavam elevados padrões de eficiência, ratificando, dessa forma, a Escola Militar como o primeiro tabernáculo da arte da guerra e da cultura geral dos oficiais, arcabouço do Exército.

3.4 A MMF E A ESCOLA DE AVIAÇÃO

A formação dos pilotos militares brasileiros já era realizada desde o ano de 1911, em escolas de aviação da Europa, pois ainda não havia nenhum estabelecimento no Brasil. A partir de 1913, foi criada a Escola Brasileira de Aviação no Rio de Janeiro sob a gestão de dois civis estrangeiros a serviço da indústria francesa.

A I Guerra Mundial demonstrou ser imprescindível o emprego da aviação nas operações militares a partir do século XX. Em consequência, o Brasil trouxe ao país uma equipe especializada para o estabelecimento de uma escola de aviação militar e o adestramento voltado para as operações.

Foi criada a Escola de Aviação com sede no Campo dos Afonsos, na Vila Militar, Rio de Janeiro, ficando diretamente subordinada ao EME. O estabelecimento de ensino tinha por missão capacitar pessoal do exército para o desempenho das funções de piloto, mecânicos e especialistas na construção e reparo de aviões. Dentre os principais instrutores, destacaram-se os capitães Dumont e Lafay, além do próprio chefe da Pequena Missão e Diretor da escola, o capitão Etienne Magnin.

Tal foi o prestígio desta Escola na América do Sul que passou a receber, a partir de 1920, Oficiais de nações amigas, principalmente uruguaios e paraguaios.

Com a vinda dos instrutores franceses para o Brasil, nasceu a Arma de Aviação do Exército. A MMF organizou os serviços de aviação, criou a Escola de Aviação necessária à instrução de pilotos, mecânicos e observadores. Enfim, introduziu não só o Exército, mas sobretudo o Brasil na terceira dimensão do combate.

3.5 A MMF E A ESCOLA DE INTENDÊNCIA

Mais uma influência direta da MMF junto ao sistema de ensino do Exército foi a inauguração, em 1921, da Escola de Intendência. Nela eram conduzidos dois

curso voltados ao apoio às operações e à vida administrativa das unidades no âmbito do Exército. O primeiro deles, voltado para a parte operacional, foi chamado de Curso de Intendência e destinava-se à preparação dos quadros para o desempenho de funções de intendência de guerra. As matérias específicas que eram ministradas aos alunos eram mobilização, vias férreas e concentração, direito internacional e armas estrangeiras sul-americanas.

O segundo curso, estava destinado aos encargos de gestão burocrática, chamado de Curso de Administração. Tinha como público alvo os oficiais contabilistas, razão pela qual possuía um currículo mais focado nas legislações que ensinava, tais como teoria geral de direito, economia política e direito administrativo.

O Serviço de Intendência no Exército não existia e havia a necessidade de se fazer a captação de pessoal entre os capitães e tenentes para o desempenho da função de intendente. Sendo assim, havia matérias técnicas comuns aos dois cursos como, por exemplo, os estudos das forragens e dos transportes brasileiros.

De acordo com a MMF, todo corpo de tropa deveria estar apoiado em um conselho de administração, a fim de que pudesse haver a dedicação integral por parte de seus membros aos assuntos operacionais. Da mesma forma, era de suma importância a existência nas organizações militares de uma infraestrutura adequada para satisfazer às necessidades dos indivíduos. Além disso, a missão fazia questão da participação dos alunos da Escola de Intendência nas manobras com tropas, a fim de que pudessem dar corpo e aplicação ao que haviam aprendido.

3.6 A MMF E A ESCOLA DE APLICAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE

A partir de 31 de dezembro de 1921, criou-se sob a denominação de Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército, inaugurada em 08 de maio de 1922, com dois cursos: o de Aplicação e o de Aperfeiçoamento.

Considerando a contratação da MMF, a lógica foi optar na organização de um sistema de saúde militar semelhante ao francês, valendo-se também dos ensinamentos colhidos durante a participação na I Guerra Mundial. Inclusive, durante os primeiros anos de funcionamento da escola, a influência dos membros da MMF foi uma constante no processo de ensino.

A MMF incrementou a preparação dos médicos para a vida na caserna e o apoio de saúde imprescindível em combate. O curso de aplicação prestava-se a adaptar o médico já formado às necessidades militares em campanha.

O programa de medicina compreendia as disciplinas de clínica médica, exercícios de bacteriologia aplicada à higiene militar e cirurgia, além da teoria sobre cirurgia de

guerra, doenças e epidemias do Exército. Os farmacêuticos estudavam bromatologia, análises clínicas e toxicologia. Além disto, coerente com a atuação dos membros da missão em outras escolas, eram ministradas sessões de equitação e exercícios de educação física.

A influência francesa que primava pela capacitação técnico-profissional e pelo aprimoramento contínuo, passados seis anos da conclusão do curso de aplicação, cada oficial deveria cursar o aperfeiçoamento, com duração aproximada de um ano.

A participação da MMF transpôs os limites da escola e alcançou a estrutura do Serviço de Saúde do Exército. A proposta formulada contemplava uma transformação generalizada na direção do referido serviço e a instituição de dois órgãos, sendo um voltado para a preparação do serviço de saúde em campanha (pessoal e material) e outro, especializado em estudos técnicos considerando as várias especialidades.

A nova sistemática visava ao condicionamento necessário para um apoio eficaz de saúde tanto em tempos de paz, quanto nos conflitos bélicos.

3.7 A MMF E A ESCOLA DE VETERINÁRIA

A Escola, inaugurada em 23 de junho de 1920, destinava-se a formar oficiais veterinários num curso que compreendia três anos, visando a preparar especialistas particularmente para o serviço de fiscalização de alimentos e da saúde dos animais. Esse serviço já havia tido, no passado, importante impulso com a participação também de uma missão vinda da França, a chamada Missão Veterinária Francesa de 1913.

No início da década de 1920, a Escola de Veterinária contava com a presença de dois oficiais veterinários membros da MMF. O curso se desenvolvia ao longo de três anos de formação, contemplando o estudo de várias disciplinas, como parasitologia, anatomia, zootecnia, clínica cirúrgica, higiene e forragens, patologia e clínica médica. O último ano tratava também das disciplinas voltadas às peculiaridades da atividade militar, contemplando a inspeção de carnes e conservantes e o estudo da legislação militar sobre serviço de saúde e veterinária.

Ainda, a capacitação das praças ocorria no curso prático de enfermeiro veterinário, com duração aproximada de um trimestre, e na execução de atividades realizada no hospital militar veterinário localizado na Vila Militar.

3.8 A MMF E A ESCOLA DE SARGENTOS DE INFANTARIA

Esta escola substituiu o curso de aperfeiçoamento para sargentos, tendo como objetivo a complementação da instrução. Possibilitava aos sargentos instruir os integrantes das sociedades de tiro.

O curso tinha a duração de um ano, sendo que para os efeitos dessa instrução

fossem sentidos mais rapidamente, os sargentos eram logo incorporados em seus destacamentos. Nessa escola, essa prática diária de educação física passou a ser rotina com a chegada dos franceses, o que antes não era frequente no Exército.

3.9 A MMF E O CENTRO DE INSTRUÇÃO DE TRANSMISSÕES

As instruções de transmissões eram ministradas em várias escolas. Por influência da MMF, foi criado em 1928 um Centro de Instrução de Transmissões, precursor da atual Escola de Comunicações do Exército.

No Centro, foram especializados Oficiais e Sargentos da Arma de Engenharia em assuntos relacionados às instruções de transmissões em combate e às possibilidades técnicas dos diferentes meios, normalmente insuficientes em face dos novos dispositivos táticos adotados.

O chefe da MMF considerava que o Centro deveria estender-se em sua ação à formação dos especialistas de transmissões de todas as Armas, ministrando instrução técnica e tática, como, de fato, veio a ocorrer na EEM e na EAO.

3.10 A MMF E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O Oficial de Educação Física só integrou a MMF a partir da renovação do contrato, feito para os anos de 1927 a 1931. O Comandante Ségur, chegado ao Rio de Janeiro em abril de 1928, era instrutor da Escola de Joinville, Escola Francesa de Educação Física. Foi encarregado de sistematizar a educação física no Exército. Na Escola Militar, a educação física, embora tivesse destaque, era conduzida sem um planejamento adequado, com insuficiência de material e espaço adequado.

O instrutor de Joinville iniciou os trabalhos, mas foi na Escola Militar com os cadetes, que seria capaz de difundir os benefícios da moderna educação física nas unidades de tropa, com base no novo Regulamento de Educação Física de 1928.

O mesmo raciocínio foi adotado na Escola de Sargentos que passaria a fornecer monitores capacitados para os novos oficiais egressos da Escola Militar. Merece destaque a Força Pública de São Paulo, que, com o apoio de uma outra Missão Francesa, anterior à MMF, havia criado a primeira Escola de Educação Física de que se tem notícia no Brasil, formando os primeiros mestres em ginástica e esgrima que difundiram o método sueco, não só no âmbito dessa Força como também no meio civil.

Com base nesse bom exemplo, e mais uma vez, por sugestão da MMF, foi criada, na Fortaleza de São João, na Urca, em janeiro de 1930, o Centro Militar de Educação Física (CMEF), local que passou a formar instrutores, monitores de

educação física e mestres d'armas (esgrima). Posteriormente o CMEF, foi elevado à categoria de Escola de Educação Física e nos dias atuais, no mesmo lugar, funciona o Centro de Capacitação Física do Exército, verdadeiro centro de excelência de pesquisa e aplicação da Educação Física no Brasil.

3.9 A MMF E O CENTRO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE EQUITAÇÃO

Dada a importância do cavalo em operações militares desde os tempos do Império, a chegada da MMF representou um marco importante para a equitação para emprego militar, visto que sistematizaram o ensino equestre.

A partir de 1925, esta escola passou a conduzir os cursos para oficiais e praças da Arma de Cavalaria, sendo extensivo para oficiais de outras armas interessados em receber a instrução equestre no âmbito do EB.

Após uma interrupção em seu funcionamento durante o período da II Guerra Mundial, o curso foi retomado a partir de 1946, sendo que a atual denominação – Escola de Equitação do Exército – é datada de 1954.

4. CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro ao longo dos anos passou por grandes e profundas transformações estruturais, e pode se afirmar que a Missão Militar Francesa, que durou vinte anos, teve destacada participação no processo de transformação e modernização da Força Terrestre, com reflexos até os dias atuais.

A Força estava estagnada e era composta por quadros que não estavam preparados para sua atividade fim que são a defesa da Pátria e a guerra. O Ensino Militar no início do século estava muito teórico e formava estritamente bacharéis e intelectuais, carecendo de líderes aptos a comandar homens em combate.

É neste mister que se insere a Missão Militar Francesa, revolucionando, à época, os processos ensino-aprendizagem do Exército Brasileiro. Sua participação nas escolas militares foi intensa e direta, onde, em muitas delas, os comandantes eram membros da MMF, o que possibilitou a estes militares implementarem as inovações propostas.

O Ensino ganhara cunho mais prático e dinâmico, com manobras e exercícios no terreno. O que era estudado em sala de aula, se colocava em prática no terreno, ou em simulações do tipo jogos de guerra, trazidos pelos Jovens Turcos.

Implementaram na EEM o método para tomada de decisão baseado nos fatores da decisão missão, inimigo, terreno e meios, utilizados até os dias atuais. Além disso, criaram o Curso de Informações para os oficiais-generais e o Curso de Alto Comando, embrião do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx),

atualizando os oficiais generais sobre a conjuntura nacional e internacional e formando o assessor de mais alto nível do Exército.

Nos níveis de formação e aperfeiçoamento, de igual forma, houve grandes transformações, sempre buscando alinhar a teoria com a prática. A EsAO passou a preparar o comandante para liderar seus comandados em combate, emitindo ordens claras e seguras, e velando para que as mesmas fossem cumpridas. E ainda, nessa escola, o oficial era preparado para assumir desde os cargos de assessor de estado-maior de unidade até comandante nível unidade. O Curso passou, também, a ser pré-requisito para prosseguir na carreira ascendendo a postos mais altos.

Outra contribuição importante foi a normatização da Educação Física no âmbito da Força, trazendo significativos resultados, tanto no preparo físico do combatente como no preparo moral. Ademais, esse trabalho realizado dentro da Força acabou resultando no complexo desportivo de referência nacional e internacional, o Centro de Capacitação Física do Exército, localizado no Bairro da Urca, Rio de Janeiro.

O ensino na área de saúde transpôs os muros escolares resultando na organização do Serviço de Saúde do Exército.

De igual maneira, a influência da MMF que resultou na criação da Escola de Intendência trouxe importantes mudanças na Força, tendo como resultado a Criação do serviço de Intendência do Exército. Cabe salientar que os alunos da Escola de Intendência participavam de manobras e exercícios no terreno com outras escolas.

Não se pode esquecer a participação da MMF na criação da Escola de Aviação, que levou o Brasil à 3ª dimensão do combate e à criação da Aviação do Exército. Essa escola tornou-se referência na América do Sul, tendo como alunos estrangeiros em seus bancos escolares, como oficiais do Uruguai e Paraguai.

Sem dúvida, o legado deixado por esses militares pode ser sentido até os dias atuais. A criação de várias escolas atendeu primordialmente a três metas estabelecidas pela missão: o estímulo às atividades práticas, a padronização e divulgação de uma doutrina comum, e o estabelecimento de uma estrutura calcada no aperfeiçoamento constante ao longo da carreira por intermédio dos cursos.

Por fim, infere-se que a Missão Militar Francesa lançou bases fortes e alicerces bem estruturados para que o Exército se tornasse uma instituição forte, coesa e moderna, com uma estrutura de ensino que é referência no mundo globalizado e com capacidade de formar militares combatentes e ao mesmo tempo bem preparados para garantir a soberania do Estado Brasileiro, a ordem e o progresso.

REFERÊNCIAS

Araújo, Rodrigo Nabuco de. **A Missão Militar Francesa**. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro

Assunção, Adail Rodrigues de. **A Missão Militar Francesa e suas Contribuições para a Evolução Doutrinária do Exército Brasileiro**. 2012. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2012.

Bellintani, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. 2009. 700 f. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Brasília. 2009.

Martins, Alcimar Marques de Araújo. **A influência da Missão Militar Francesa na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais**. Rio de Janeiro, 2003. 145 f. ; 30. Dissertação (Mestrado)-Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2003.

Pelegrino Filho, Ary. **A influência da Missão Militar Francesa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2002.

Pereira, Alberto Barbosa Frazão. **Ensinamentos da Missão Militar Francesa no Brasil (1920-1940) e o processo de transformação do Exército Brasileiro para o século XXI(2014-2030)**. 2011. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

Pires, Carlos Frederico de Azevedo. **A contribuição da Missão Militar Francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro**. 2012. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2012.

OS REFLEXOS DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO ATUAL EXÉRCITO BRASILEIRO

Tenente Coronel de Infantaria RODRIGO OLIVEIRA **GENIAL**

1 INTRODUÇÃO

Durante o início do Brasil República, na visão dos chefes militares, a força militar do Exército Brasileiro (EB) deveria ser a responsável por assegurar naturalmente a lei e o progresso do país. Para isso, era oportuno manter a instituição com um quadro profissional rigorosamente disciplinado e aparelhado, com condições de formação e mobilização na mesma velocidade que se almeja o progresso econômico (MORAIS, 2013).

Em termos militares, o Exército da primeira metade da República Velha estava ocioso e pouco acreditado, principalmente, pelo longo tempo sem emprego em campanhas externas. Além disto, a dúvida sobre a sua capacidade combativa aumentou após a questionável atuação para neutralizar o quadro de instabilidade política e social no Arraial de Canudos (PIRES, 2012).

O EB, no início do século 20, "está longe de ser uma força moderna: carece de material bélico potente e pertinente para o período, de preparo do pessoal e de organização administrativa" (BELLINTANI, p. 206, 2009).

Em dezembro de 1889, um decreto determina o efetivo do Exército Brasileiro em 24.877 homens, divididos entre as quatro armas: infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia. Durante a revolução de 1893-1895, o governo chama, para engrossar as fileiras, um corpo de voluntários e os membros da Guarda Nacional. Mesmo assim, entre 1895 e 1908, o quadro do Exército não passa de 28.000 homens (BELLINTANI, 2009)

Assim, o Estado Maior do Exército (EME) foi criado em 1896, com as seguintes atribuições: promover a organização do exército, a direção e a execução das operações

militares; organizar o plano geral de defesa na república, distribuição e colocação das tropas, da hierarquia militar e da composição dos quadros do pessoal do Exército; organizar o plano geral de mobilização, de concentração e de transporte; propor ao Ministério da Guerra todos os meios conducentes à instrução e disciplina das tropas (BELLINTANI, 2009). Foi o Estado-Maior do Exército (EME) que buscou a modernização do EB fazendo o uso de uma missão militar estrangeira.

A tendência à modernização e profissionalização das forças armadas latino-americanas surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. (ARAUJO, p. 1) O modelo mais praticado a época era a contratação de missões militares de países mais desenvolvidos, tidos como referência em termos de doutrina, material e preparo.

Em relação ao campo militar, a questão tornava-se prioritária tendo em vista a adesão de outros países sul-americanos aos projetos de modernização oferecidos, principalmente, por alemães e franceses, desde a segunda metade do século XIX, como o Chile e a Argentina (PIRES, 2012).

A vitória francesa sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial reforçou as correntes francófilas dentro do EB, conferindo ao seu discurso maior legitimidade, já que o modelo militar francês se mostrou superior durante a guerra (ARAUJO, 2002).

Outro objetivo político, que envolve a modernização do EB, se refere à centralização político-administrativa de interesse do Governo Federal, que visava o extermínio das brigadas militares, que agem à época, como forças paralelas ao Exército e garantem a defesa dos estados, independentemente do jugo da administração federal (BELLINTANI, 2009).

Dentro desse contexto, apesar da contratação de uma missão militar de instrução junto à França ter sido autorizada pelo Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, a efetivação da assinatura do contrato só ocorreu em 08 de setembro do mesmo ano. Porém, o início das atividades da intitulada Missão Militar Francesa (MMF) só ocorreu em março de 1920, com a chegada ao Rio de Janeiro da primeira leva de instrutores, sob o comando do General Gamelin¹ (PIRES, 2012).

A MMF teve por objetivo primeiro a preparação e modernização da Força Terrestre Brasileira, o que conferiria um maior relevo internacional ao Brasil. (BELLINTANI,

1 General Francês, escolhido pelo Governo Brasileiro para chefiar a MMF.

NI, 2009)

A Missão Militar Francesa durou no Brasil de 1919 a 1940 e perpassou o amadurecimento do Brasil República. Teve seu fim decretado pela derrota francesa frente aos alemães por ocasião da 2ª Guerra Mundial.

A seguir, serão apresentados os reflexos da missão militar francesa no atual EB.

2. REFLEXOS DA MMF NO ATUAL EXÉRCITO BRASILEIRO

2.1 NOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Os membros da MMF esperavam que os concludentes dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO) pudessem exercer o papel de vetores de difusão das novas doutrinas para emprego da tropa, segundo os ensinamentos colhidos na I Guerra Mundial e transmitidos aos jovens oficiais brasileiros durante os cursos supracitados. Além da proposta de divulgação, objetivava também a unificação da doutrina e a padronização da regulamentação e metodologia utilizada na condução da atividade de instrução militar nos quartéis (PIRES, 2012).

Como curso obrigatório a todos oficiais de carreira do EB, incluindo Médicos e do Quadro Complementar de Oficiais, até hoje a EsAO vem cumprindo este papel definido pela MMF.

A proposta da escola também estava alinhada com o pensamento militar francês focado na procura constante do aperfeiçoamento profissional, por intermédio da realização de cursos nos diferentes níveis, razão pela qual a missão defendia que a promoção de oficiais fosse feita com base nos méritos de cada um - meritocracia, em vez da escolha respaldada por uma simples “opção de conveniência política”.

Novamente, este conceito é mantido até os dias atuais, sendo o resultado obtido pelo oficial aluno na EsAO bastante valorizado na carreira do oficial.

Essa visão contribuiu decisivamente para que o curso na EsAO, a partir de 1928, passasse a ser um requisito obrigatório para a ascensão hierárquica dentro do EB o que se mantém ainda nos dias atuais, sendo requisito obrigatório para a promoção ao posto de Major.

2.2 NO CURSO DE ESTADO-MAIOR

À semelhança dos dias atuais, o curso de Estado-Maior passou a dar ênfase ao estudo da história militar e da estratégia, passando a considerar os fatores missão, inimigo, terreno e meios para a tomada de decisão – no estudo de situação para e solução dos problemas militares (PIRES, 2012). Os fatores da decisão estão em voga até os dias atuais.

Também foi no mesmo período que surgiu a ideia de criar um curso por correspondência com o objetivo de conduzir a preparação dos oficiais para os referidos exames.

Essa medida se faz presente nos dias atuais pois, para cursar a atual Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), todos os oficiais devem fazer o Curso Preparatório (CP) que é conduzido por Ensino a Distância (EAD).

Incrementou a sistemática de jogos de guerra trazida pelos jovens turcos² e introduziu a realização dos exercícios no terreno, ampliando o sistema de manobras de quadros no Exército. Nos atuais cursos de Comando e Estado-Maior, são feitos pelo menos dois Exercícios no Terreno (ET).

Objetivou a formação de uma massa crítica conhecedora da conjuntura nacional e internacional, capacitando da melhor forma possível o futuro chefe militar. (PIRES, 2012) Assim que chegam à ECEME, os oficiais se deparam com o módulo de política e estratégia, aliado a assuntos da atualidade que têm objetivos semelhantes ao proposto pela MMF.

Os franceses valorizam sobremaneira o método e um dos seus legados e a introdução do método cartesiano nas escolas. (BELLINTANI, 2009) Não à toa, a ECEME é conhecida como a “Escola do Método”

Do acima exposto, existe um claro reflexo da MMF no que até os dias atuais é difundido e praticado na ECEME.

2.3 NA FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE CARREIRA

Inicialmente, pela presença dos jovens turcos, a Escola Militar do Realengo não foi contemplada com a participação dos instrutores da MMF em seu quadro para apoiarem a formação do oficial combatente do Exército.

2 Designação pela qual ficaram conhecidos os oficiais brasileiros que receberam formação militar na Alemanha nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

No entanto, a referida escola era considerada a de maior importância na estrutura militar brasileira e, por ocasião da chegada dos membros da MMF em seu corpo de instrutores, estava regida pelo regulamento de 1913. De imediato, sua contribuição pôde ser constatada com a introdução dos exercícios de tiro, da realização de educação física (inclusive a esgrima), do estudo dos serviços em campanha, de maneira a reduzir o processo teórico de formação do oficial, aproximando-o do lado prático da carreira das armas.

Ao longo dos três anos de curso, o aluno travava contato inicialmente com o estudo da organização geral do Exército, direito constitucional, armamento, eletricidade, tiro de fuzil e educação física. No segundo ano, eram introduzidos a topografia, as fortificações, os explosivos e os regulamentos de campanha, além da prática de equitação e construção de pontes. Por fim, no último ano, após o ingresso em uma das armas do exército (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia), o aluno passava a receber as instruções específicas.

Interessante que pouco se alterou no formato geral da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), herdeira da Escola Militar do Realengo. O cadete ingressa na Academia, cursa um ano de conhecimento básico e escolhe sua Arma, Quadro ou Serviço. Essa observação se faz interessante porque depois da MMF veio à doutrina norte-americana que faz a formação específica de seus oficiais posteriormente ao período acadêmico. Mesmo com a forte influência técnica e doutrinária dos Estados Unidos da América esse formato efetivado pela MMF não se modificou.

2.4 NO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Outra importante contribuição da missão foi a condução do processo para criação de um Corpo de Intendência para o Exército, sanando um dos principais óbices evidenciados na Campanha de Canudos.

Atualmente, nos sistemas Operacional, Logístico e de Economia e Finanças os encargos referem-se principalmente à execução das atividades inerentes à Intendência, enquanto no de Ensino visam à formação e capacitação dos recursos humanos. O Serviço de Intendência, em sua evolução histórica, deixou de cumprir exclusivamente missões relacionadas com a gestão de fundos e o suprimento de classe I (Alimentos). Também passou a exercer outros encargos, tais como: transporte de pessoal e de todas as classes de suprimento; suprimentos de classes II (Fardamento e Equipamento), III (Combustíveis, Óleos e Lubrificantes) e produtos acabados de outras classes, em campanha; serviço

de banho, lavanderia e sepultamento em campanha; suprimentos reembolsáveis; administração financeira; e controle interno.

Atualmente o Serviço de Intendência é a base da Força Terrestre para a administração do bem público, logística operacional e gestão orçamentária.

2.5 NO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

No âmbito do EME, a MMF tratou de promover uma reestruturação, tendo sido dividido em duas vertentes. Enquanto a 1ª Subchefia ficou responsável pelo preparo dos planos de operação e da instrução, a 2ª Subchefia recebeu os encargos de tratar dos assuntos afetos à organização, mobilização e serviços. A propósito, em 1923, o EME já contava com quase a totalidade de seus oficiais egressos das escolas conduzidas pela missão francesa (PIRES, 2012).

O reflexo dessa reestruturação é que o formato do EME se mantém baseado em subchefias cada uma responsável por um assunto temático de interesse da Força Terrestre.

2.6 NA FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

O pensamento militar francês priorizava a manutenção de uma reserva mobilizável, principalmente considerando as dimensões estratégicas do Brasil. Assim sendo, considerava vital uma adequada preparação de um corpo de oficiais da reserva, o que era feito pelo Centro de Preparação de Oficiais da reserva (CPOR). Além disto, segundo o mesmo pensamento, essas pessoas deveriam manter-se em treinamento para assegurar-lhes as melhores condições de emprego no caso de serem mobilizados.

Nos dias atuais, os CPOR, por meio de seus Cursos de Formação de Oficiais da Reserva (CFOR), formam aspirantes-a-oficial, habilitando-os ao desempenho de funções de comando das frações elementares da tropa, tanto na guerra como na paz. Os cursos têm objetivos específicos, dentro do plano educacional do exército, de formação de quadros voltados para suprir a força com elementos não permanentes, mas capacitados a cumprir adequadamente suas tarefas durante o período em que estiverem servindo. Além disso, esses quadros estarão aptos a compor uma reserva para a eventualidade de uma situação de guerra ou convocação extraordinária. Muitos oficiais oriundos de suas

fileiras tiveram relevante participação no efetivo da Força Expedicionária Brasileira, na 2ª Guerra Mundial.

Além dos CPOR, o Exército conta com diversos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) a estes subordinados, mas incorporados a unidades de tropa regulares. Diferentemente dos CPOR, que contam dois ou mais cursos das referidas especialidades, os NPOR formam aspirantes para apenas uma especialidade, geralmente a mesma da unidade militar à qual está incorporado.

2.7. NO ASSESSORAMENTO EM CASO DE GUERRA

Em 1927, é criado o Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão encarregado da definição do plano de guerra, da organização militar e material do Brasil. Assim, o EME obteria mais força e desenvolveria planos em conjunto com a Marinha e o Exército, não passíveis de prejuízo com a troca de ministros.

Vigente desde aquela época, atualmente, o CDN é responsável por assessorar o Presidente no caso de declarar guerra ou estabelecer a paz, em decretar estado de defesa, estado de sítio ou de intervenção federal e propor os critérios e condições para a utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional do território. Tem ainda como atribuição opinar sobre seu efetivo uso, especialmente nas fronteiras além de deliberar sobre questões relacionadas à preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer espécie. Além disso, estuda, propõe e acompanha o desenvolvimento das medidas necessárias para garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

2.8. NA CONCENTRAÇÃO DE EFETIVOS

A MMF verificou a tendência brasileira de serem mantidos os efetivos nos principais centros urbanos do Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, o que evidenciou uma fragilidade no planejamento estratégico para emprego do Exército por não priorizar a ocupação da faixa de fronteira.

Desde então o exército tem feito diversas transferências de unidades operacionais sediadas nas grandes sedes militares, como no Rio de Janeiro e São Paulo, levando-as as fronteiras Sul e Norte, visando a ocupação e o monitoramento mais eficaz da fronteira brasileira.

2.9. NA AVIAÇÃO MILITAR

A formação dos pilotos militares brasileiros remonta ao ano de 1911, em escolas de aviação da Europa, pois ainda nenhum estabelecimento congênera havia sido instalado no país. Esta situação só seria ser modificada a partir de 1913, quando foi criada a Escola Brasileira de Aviação no Rio de Janeiro sob a gestão de dois civis estrangeiros a serviço da indústria francesa. Assim, a formação dos oficiais do Exército e da Marinha passou a ser feita no estabelecimento supracitado.

Graças à Escola de Aviação, o País pôde criar um corpo de aviadores, mecânicos e especialistas capacitados ao emprego dos meios aéreos em proveito das operações terrestres, inserindo o Brasil no grupo dos países detentores dessa capacidade operacional.

O desenvolvimento da Aviação no Brasil encorajou a criação da “Arma de Aviação” no Exército, em 1927. Em seguida, os Bandeirantes do Ar, com o aviador militar Lysias Augusto Rodrigues, passaram a defender a criação do Ministério do Ar, como um instrumento fundamental de Defesa Nacional.

Foi nos Afonsos que o então Major Eduardo Gomes, comandando o Grupo Misto de Aviação e o 1º Regimento de Aviação do Exército, iniciou a trajetória aeronáutica. Neste Campo, também, a indústria aeronáutica deu os seus primeiros passos e possibilitou o surgimento de talentos da engenharia brasileira, como o então Capitão Antônio Guedes Muniz, projetista do primeiro avião a ser construído em série no Brasil, o M7.

O local também foi o berço do Correio Aéreo Nacional (CAN), uma das mais importantes iniciativas de integração do território brasileiro.

A Escola de Aviação é tida a pela Força Aérea Brasileira como o berço da aviação miliar do Brasil e da indústria aeronáutica brasileira.

2.10 NO SERVIÇO DE SAÚDE

Considerando a contratação da MMF, a lógica foi optar na organização de um sistema de saúde militar semelhante ao francês, valendo-se também dos ensinamentos colhidos durante a participação na I Guerra Mundial. Durante os primeiros anos de funcionamento da escola, a influência dos membros da MMF seria uma constante no processo de ensino. Naquela época, a seleção para o curso de aplicação – com duração prevista de um ano – já era feita por meio de concurso para homens formados em medicina ou

farmácia, complementada por uma avaliação física e pela comprovação documental da situação de reservista (PIRES, 2012).

Até os dias atuais o processo de seleção dos médicos e farmacêuticos é esse, não havendo mudança significativa do processo de formação dos quadros de saúde em relação ao que preconizou a MMF.

2.11 NO ENSINO DE EQUITAÇÃO

A contratação da MMF representou um importante marco por causa da contribuição nas escolas militares do país, principalmente pela introdução de uma sistemática de ensino que, neste caso, relacionavam-se às atividades equestres. Nesse contexto, em 1922, foi criado por Portaria Ministerial o centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, ficando sob a orientação de Gippon e De Paul, integrantes da MMF, mas suas atividades duraram menos de um semestre.

No ano seguinte, também pela ação do Ministro da Guerra, foi criado o Núcleo de Adestramento de Equitação, cuja direção foi atribuída ao Capitão Armand Gloriá, especializado pela renomada Escola de Cavalaria de Saumur. Desde então, recebeu sucessivas designações, até que passou a funcionar sob a orientação de oficiais brasileiros, sob o nome de Curso Especial de Equitação.

A partir de 1925, esta escola passou a conduzir os cursos para oficiais e praças da Arma de Cavalaria, sendo extensivo para oficiais de outras armas interessados em receber a instrução equestre no âmbito do EB.

Ter uma escola de equitação permitiu ao EB o desenvolvimento de atributos necessários ao militar e a participação com destaque dos grandes eventos, sendo a base para o Centro Hípico Nacional que abrigou as competições de hipismo das Olimpíadas Rio 2016.

2.12 NA MOBILIZAÇÃO

A mobilização foi um dos itens levantados pela MMF como urgentes na reestruturação do Exército Brasileiro.

A mobilização envolve todos os setores hierárquicos, desde o chefe do EME e o ministro da Guerra até os chefes de serviço, comandantes de unidade e cidadãos co-

mun. O plano de mobilização contém as hipóteses de guerra, planos de cobertura e de concentração, plano de abastecimento, um programa para requisições, um programa de mobilização industrial e um programa de compras no exterior.

A década de 1920 ficou marcada pela ênfase dada à construção de novos aquarteamentos, que proporcionassem condições mais dignas aos soldados durante o serviço militar e aos cidadãos no caso de uma mobilização, além de assegurarem uma infraestrutura básica para as atividades de armazenamento dos materiais militares e dos itens de suprimento necessários à condução do cotidiano da tropa e, principalmente, das operações.

O pensamento militar francês priorizava a manutenção de uma reserva mobilizável, principalmente considerando as dimensões estratégicas do Brasil. No campo da mobilização de meios e materiais, visualizava a imprescindibilidade do estabelecimento de um plano geral de mobilização, o qual contemplava a implementação de estabelecimentos fabris para a produção de itens essenciais à política de defesa nacional, tais como carros e armamentos.

O assunto mobilização esteve presente em todos os currículos escolares durante a MMF.

Como reflexo para a mobilização, a Força Terrestre possui atualmente, seções de mobilização em cada Organização Militar, realiza Exercícios de Mobilização com emprego de tropa em todos os Comandos Militares de Área, pretende que se mantenha o serviço militar obrigatório, previsto por Olavo Bilac e mobiliza um efetivo aproximado de 12000 atiradores em mais de 223 municípios sede de Tiros de Guerra, vocacionados para a mobilização nacional e a defesa territorial.

2.13 NA DOCTRINA

A MMF influenciou a doutrina do EB de várias formas. Inicialmente, seu foco foi a divulgação da doutrina por meio do sistema de ensino e da realização de conferências, nos quais os instrutores franceses transmitiam a doutrina francesa aprendida na I Guerra Mundial aos seus alunos brasileiros.

Em uma segunda fase, a MMF concentrou-se na confecção de manuais e regulamentos, seja por tradução simples, seja para adaptação de manuais franceses a nossa realidade.

As diversas conferências realizadas tinham como propósito divulgar a experiência francesa da I Guerra Mundial. Alguns Princípios de Guerra e Fundamentos das Operações, hoje arraigados em nossa doutrina, foram apresentados nessas oportunidades.

Ideias como “O princípio de segurança da manobra é surpreender e não ser surpreendido” e “Para obter êxito em combate, é preciso ter em mente dois princípios: o da ação e o da economia de forças” ainda hoje são validadas e utilizadas pela doutrina brasileira. (BELLINTANI, 2009).

O Grupo de Combate, em substituição à linha de atiradores, foi introduzido no EB nessa época em virtude da experiência francesa na I Guerra Mundial. Essa inovação transformava completamente a forma de atuação do soldado de infantaria no campo de batalha. A dispersão entre os homens e o fuzil metralhadora ganhou importância (PEREIRA, 2011).

Ao chegarem ao Brasil, os integrantes da MMF concluíram que um confronto com a Argentina era a principal Hipótese de Emprego (HE) para o EB na época. Essa HE deveria condicionar o adestramento, a organização e a disposição das tropas no território nacional (BELLINTANI, 2009).

Atualmente, um conflito com a Argentina não é mais a principal HE do EB, porém, foi a partir da MMF que a identificação de HE passou a condicionar o preparo e a disposição do EB no território nacional.

Durante quase vinte anos, a MMF contribuiu diretamente para as transformações no Exército - difundindo novas táticas, estruturando a artilharia de costa, organizando a divisão territorial militar do país, incrementando o trabalho de Estado-Maior e, principalmente, introduzindo importantes medidas que alavancaram o ensino, voltando-o para uma maior profissionalização dos quadros (PIRES, 2012).

3 CONCLUSÃO

O papel desempenhado pelo EB no contexto da nação também foi influenciado pela MMF. Dentro do pensamento francês, o papel das forças armadas era o de realizar a guerra. O soldado-profissional entra em cena no lugar do soldado-cidadão.

O soldado-profissional tem um compromisso com a defesa nacional em tempos de paz e de guerra. Durante a paz, ele deve buscar adestrar-se e adestrar seus subordina-

dos para a guerra. A força de uma nação está intimamente ligada à força de seu exército. Não cabia ao soldado-profissional envolver-se na política eleitoral, mas sim preparar-se para a guerra.

Uma das contribuições mais relevantes da MMF para o Exército é a difusão e entendimento de que sua finalidade maior é a guerra. Os militares brasileiros passam a reconhecer que o fim dos exércitos é a guerra; portanto, em tempos de paz, devem-se adquirir conhecimentos teóricos e práticos de como enfrentar o inimigo, de como se defender e atacar, de como construir pontes ou manusear o material bélico, entre outros.

Finalmente, pode-se afirmar que a Missão Militar Francesa foi um grande divisor de águas que transformou o Exército Brasileiro de provinciano e suscetível às vicissitudes políticas para a Força Terrestre, instituição de Estado perene, profissional, voltada para o cumprimento de suas missões constitucionais.

REFERÊNCIAS

Araujo, Rodrigo Nabuco De. **A influência Francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964):** declínio ou permanência. Revista Esboços, v. 20, p. 245–272, 2002.

Araújo, Rodrigo Nabuco De. **MISSÃO MILITAR FRANCESA.** p. 7, [S.d.].

Bellintani, Adriana. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa:** instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 700 f. Universidade de Brasília, 2009.

_____. **Relações França-Brasil:** o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. Meridiano 47, v. 17, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20889/M47e17005>>.

Morais, Ronaldo Queiroz De. **O Estrondo da Modernidade no Exército :** As Reformas Curriculares e as Revoltas Militares na Primeira República. CONTEXTO & EDUCAÇÃO, p. 149–176, 2013.

Pires, Carlos Frederico de Azevedo. **A contribuição da Missão Militar Francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro.** 2012. 1-67 f. ECEME, 2012.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL E O TENENTISMO: UM EXÉRCITO EM QUE AS IDEIAS ENCONTRARAM SEUS LUGARES

Major de Cavalaria LUIZ EDUARDO MACIEL LOPES

O Exército Brasileiro, hoje, é uma instituição consolidada e coesa, com regulamentos claros e conhecidos de seus integrantes, capaz de preparar-se para o futuro partindo de suas próprias experiências e projetando os desafios que a conjuntura internacional imporá à sociedade à qual protege, tudo com o objetivo de preparar-se para enfrentá-los. Mas, nem sempre foi assim. No início do século passado, irmãos de farda sublevaram-se contra a ordem institucional, ao mesmo tempo em que se contratava uma missão militar estrangeira para ditar a organização e a doutrina, enfim, a estrutura da força terrestre necessária para os conflitos da Era Industrial.

O tenentismo foi um conjunto de revoltas transcorridas dentro do próprio Exército, que podem ser definidas como: “uma organização de agrupamentos militares aguerridos que buscavam, pela luta armada de início, ocupar espaço na área política, impondo mudanças que não importassem em tocar na estrutura do exército” (SODRÉ, 1985, p. 55). Os tenentes viam-se como cidadãos e passaram a exigir direito a uma atuação ativa nas questões políticas (BELLINTANI, 2009, p. 219).

A Missão Militar Francesa, por seu turno, foi uma missão contratada em setembro de 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército. As negociações para o contrato ocorreram em Paris, entre o adido militar brasileiro na França, coronel Malan d'Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau (1917-1920). Já naquele momento o chefe designado, general Maurice Gamelin, se encontrava em missão de reconhecimento no Brasil (ARAÚJO, 2017).

As principais revoltas tenentistas ocorreram em 1922, ano que englobou a sublevação do Forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo, em 1924, com a conquista de São Paulo pelos tenentes e, por fim, em 1930, com o início da Era Vargas (1930-1945). Já a Missão Militar Francesa transcorreu entre 1919 e 1940, quando o último chefe da missão, o general Georges Chadebec de la Valade (1938-1940), durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assistiu do Brasil à derrota do Exército francês comandado pelo general Maurice Gamelin, em junho de 1940 (BELLINTANI, 2009, p. 219).

A coexistência desses fatos históricos implica na possibilidade de inter-relação entre eles. Há causas comuns entre o Movimento Tenentista e a contratação da Missão Militar Francesa pelo Brasil? Quais as consequências das rebeliões, dentro do Exército, para a Missão instituída para instruí-lo? Como se dissipou o imbróglio da coexistência entre Tenentismo e Missão Militar Francesa? - Tais são as questões que se pretende investigar no presente artigo.

As Causas do Tenentismo

O Tenentismo origina-se da insatisfação com a política oportunista adotada no Brasil, que submeteu os tenentes às manipulações do poder civil. (GUIMARÃES apud BELLINTANI, 2009, p. 223). Os tenentes almejam reformas sociais e a modernização do país. Nesse período, o Brasil passava pela política do café com leite, que derivou-se da "Política dos Governadores" e visava a predominância do poder nacional por parte das oligarquias paulista e mineira, executada na República Velha a partir da Presidência de Campos Sales (1898-1902), por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo - com grande produção de café - e Minas Gerais - maior polo eleitoral do país da época e produtor de leite (WIKIPEDIA, 2017)

Os cadetes da Escola Militar do Realengo não estavam insensíveis às notórias desigualdades sociais por que passava a população dos subúrbios cariocas, nesse período, haja vista que a dedicação altruísta dos cadetes da conferência vicentina, fundada na Escola Militar do Realengo em 1917, durante a epidemia de gripe, levando mantimentos para famílias enfermas, causou forte impressão sobre seus colegas indiferentes ou mesmo hostis (MC CANN, 2007 p. 267). Ao mesmo tempo, não deve passar despercebido que a primeira atitude do diretor da Escola Militar do Realengo, em 15 de janeiro de 1931, o então Coronel José Pessoa, foi desestimular por completo o comparecimento dos cadetes aos festejos suburbanos do Méier e de Bangu (TREVISAN, 2011, p.170).

A identificação dos alunos da Escola Militar com a realidade das regiões mais carentes da cidade do Rio de Janeiro era inevitável, eles mesmos estavam submetidos “a uma velha escola”.

“situada no Realengo, então longínquo e esquecido subúrbio da Central do Brasil, reduzida a um único pátio, provida de precárias instalações de suporte, sem dotações extraordinárias para um planejamento adequado capaz de atender necessidades e exigências de tão numeroso contingente, não tinha, evidentemente, condições mínimas de cumprir as altas finalidades de uma escola de formação de oficiais” (BLEY, 1976 apud ROESLER, 2015, p. 110).

A combinação da solicitude pelos pobres, com o positivismo de Augusto Comte (MC CANN, 2007, p. 267) esbarravam no profissionalismo à prussiana exigido pelos instrutores da Missão Indígena. Os instrutores da Escola Militar do Realengo à época das reformas de 1918 e 1919 possuíam um novo perfil psicológico, marcado pela influência dos oficiais que estagiaram na Alemanha. Os instrutores da Missão Indígena, em particular, carregavam a responsabilidade e a honra de terem ingressado no quadro de instrutores da Escola Militar através de concurso e, por isso, atuavam com extrema vibração, “entraram na Escola com ares de cruzados, de salvadores”. (MOTTA, apud ROESLER, 2015, p. 72).

O contraste entre o que era exigido do aluno pela Missão Indígena, o quadro social ao qual se sentia pertencer e aquilo que ele imaginava ser capaz de fazer, inspirado por reminiscências dos antigos dogmas positivistas, aliado à proibição da ação política, característica importada pela onda crescente de profissionalização, gerava o caldo de descontentamento que permitiria a reverberação das ideias da Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, de 1904. Revolta essa, que visava, nas palavras de um de seus conspiradores, a completa renovação da nação, por meio da destruição da presente ordem e completa mudança do cenário político. (MC CANN, 2007 p. 136).

O tenentismo, assim, na década de 20, insurge-se contra essa proposta de estrita profissionalização, que impede os tenentes de atuarem politicamente à revelia de seus superiores hierárquicos (CAPELLA, apud BELLINTANI, 2009, p. 221).

Vale trazer a análise cuidadosamente elaborada pelo chefe da Missão Militar Francesa, General Maurice Gamelin, acerca das revoltas tenentistas. Em sua concepção, fica claro que, o levante de 1924 não é apenas militar, visto que existem civis que insuflam o movimento para se aproveitarem da situação. “Os homens políticos, que sem dúvida, se

escondem atrás do levante militar, não se mostram, e esta tentativa de revolução parece sem chefe e sem fim preciso” (GAMELIN apud BELLINTANI, 2009, p. 223).

Além do quadro interno do país, vale destacar, no âmbito internacional, a Crise de 1929 que foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do sistema capitalista do século XX. Esse período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo o indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo (WIKIPEDIA, 2019). No Brasil, a crise afetou diretamente a oligarquia cafeeira e os preços do café despencaram nos mercados internacionais. O governo brasileiro para evitar a desvalorização extrema do produto comprou e queimou grandes estoques de café, realizando, para tal, empréstimos a juros altíssimos.

A ascensão política do tenentismo se deu com a Revolução de 1930. Em 1º de março de 1930 foram realizadas as eleições para presidente da República, que deram a vitória ao candidato governista, o governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes. O então presidente da república, Washington Luís, foi deposto e a posse do presidente eleito foi impedida, em virtude do golpe de estado desencadeado em 3 de outubro. Em 3 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório". O movimento pôs fim à República Velha, período em que se praticava a política do café com leite. A Revolução de 1930, portanto, foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com um golpe de Estado (WIKIPEDIA, 2017 b).

A influência civil sobre o Tenentismo fica mais caracterizada após a Revolução de 1930, quando o Tenentismo ascende politicamente, mas perde parcialmente seu poder. É inegável a contribuição da Era Vargas, iniciada em 1930, para a modernização do país, porém Bellintani (2009) ressalta o comportamento oportunista de tenentes revoltosos da década de 1920 que passam a ocupar posições destacadas na administração pública logo após a revolução. A autora atribui a perda de poder do movimento tenentista a essa presença dos Tenentes em cargos políticos, o que colocava em suas mãos a possibilidade de realizar as aspirações revolucionárias de outrora. A incapacidade de realizá-las, quer por inexperiência política, por limitações orçamentárias decorrentes da Crise de 1929, ou

pela atitude oportunista de alguns desses ex-oficiais, esvaziou a força do Tenentismo.

Causas comuns ao tenentismo e à Missão Militar Francesa

Por um lado, a atuação, cada vez mais contundente, dos jovens turcos e sua influência sobre a Missão Indígena ocasionaram reações diversas na Instituição, incluindo a Revolta de 1922, na Escola Militar do Realengo. Os Jovens Turcos era a denominação dos integrantes do grupo do Capitão Roca, navio que trouxe tenentes brasileiros que foram, voluntariamente, realizar um curso de formação junto ao Exército Prussiano. O apelido deriva da coincidência do nome da Revista A Defesa Nacional, editada por esses oficiais, com a promulgada pelos oficiais reformadores do Exército da Turquia (TREVISAN, 2011).

Por outro lado, o açodamento das reformas estruturais promulgadas por estes militares, as pressões e exageros nas mudanças dos cotidianos dos quartéis, a ameaça às estruturas hierárquicas representadas pelas ações dos jovens oficiais abriam espaços para a aceitação de outro modelo de transformação das coisas militares, notadamente, a Missão Militar Francesa, particularmente nos escalões mais altos da hierarquia (TREVISAN, 2011).

O trabalho dos jovens turcos constituiu, assim, causa comum à Missão Militar Francesa e ao Movimento Tenentista. Cabe lembrar que o profissionalismo dos militares de formação prussiana ficou demonstrado quando vários dos oficiais do grupo de A Defesa Nacional usaram sua influência em favor da missão francesa, e vários deles se inscreveram nos novos cursos que a missão instituiu, “para dar o exemplo de nossa submissão”, como lembrou um de seus integrantes (MC CANN, 2007, p. 260).

A 1ª Guerra Mundial, com a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, e a posterior derrota alemã e a vitória da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia – saída da Guerra em 1917), produz, no mundo todo, admiração pelos franceses. Isso, aliado às reações aos ensinamentos prussianos divulgados pelos jovens turcos, facilitou o declínio da influência desse modelo (BELLINTANI, 2009). A agitação político-ideológica subsequente, ocorrida no período entre guerras (1918-1939), com o surgimento, na Europa, de ideologias totalitárias, como o comunismo, o fascismo e o nazismo viria a influenciar os tenentes, particularmente, os envolvidos na Revolução de 1930.

Ao debruçar-se sobre o período, é possível perceber que a causa mais profunda

e comum ao Tenentismo e à contratação da Missão Militar Francesa foi, na realidade, a ausência de uma solução, institucionalizada pelo Estado, capaz de oferecer alternativas políticas ao domínio do café com leite. Sob o prisma de uma epistemologia atual, faltava ao Brasil, a capacidade de gestão para sistematizar seus imensos problemas e um sistema político capaz de estabelecer objetivos nacionais e canalizar o poder nacional para atingi-los. A visão francesa sobre a logística militar, por exemplo, que incluía um sistema de mobilização, a padronização dos processos de aquisição e a necessidade da existência de ferrovias, por exemplo, “discordaria violentamente dos hábitos administrativos do país (falta de regularidade, liberdade absoluta dos chefes de corpos; abusos em todos os escalões)” (GAMELIN apud BELLINTANI, 2009, p. 270).

Ainda na avaliação do Gen Gamelin:

"Podemos dizer que no Brasil não há verdadeiros partidos políticos, mas clãs, não em torno de programas, mas de personalidades (...). No parlamento não há nem direita nem esquerda, e os deputados como os senadores se classificam por bancadas, quer dizer por representações de diferentes estados. O sufrágio universal é uma ilusão (...). A política brasileira resulta de um compromisso entre um soberano quase absoluto (...) e alguns grandes feudatários, os governadores dos estados." (GAMELIN apud BELLINTANI, 2009, p. 275)

Consequências do Tenentismo para a Missão Militar Francesa

O período das revoltas tenentistas causa profundos prejuízos à instrução e à evolução técnica do Exército, que usa, na ocasião, todo seu potencial no combate contra os revolucionários, fechando suas escolas e dispendendo importantes somas na compra de armamentos. No que concerne aos trabalhos da Missão Militar Francesa, as perdas também são vultosas, levando os franceses a não contabilizarem esse período. (BELLINTANI, 2009, p. 225)

Ao mesmo tempo, os tenentes engrossaram a resistência às medidas profissionalizantes da Missão. Tais dificuldades eram, basicamente, originadas pela antiga oficialidade brasileira e por segmentos da imprensa. O general Gamelin destacou certa má vontade dos brasileiros com qualquer intromissão nos assuntos nacionais, que ele atribui a uma tendência germanófila (LEMOS, 2014). O que o general francês não percebeu, assombrado que estava pela eterna ameaça alemã, foi que a doutrina francesa apontava a necessidade de soluções políticas proporcionadas pelo Estado e pelo Exército, em seus escalões mais elevados, para os quais essas decisões não interessavam, devido

ao envolvimento dos militares com as oligarquias locais, ao passo que, para o movimento tenentista, a missão preconizava o não envolvimento político.

Como os tenentes eram defensores da interferência militar na política, eles não aceitavam as instruções francesas de manutenção da política fora dos quartéis. Na visão francesa, deveria ser suprimido o direito dos oficiais de ativar a concorrerem às eleições e às funções públicas; assim, caso alguém quisesse se candidatar a qualquer cargo, deveria, antes, pedir sua passagem para a reserva. A profissão de oficial é incompatível a qualquer outra; daí por que não convém ao oficial, em qualquer circunstância, participar das lutas eleitorais. Até mesmo as eleições existentes no Clube Militar deveriam ser suprimidas: os franceses sugeriram que a escolha do presidente fosse feita por uma junta. (BELLINTANI, 2009).

As resistências, então, a que se refere o General Gamelin, são, na verdade, o fruto da tensão entre o imobilismo político das elites beneficiadas pela política do café-com-leite e a demanda por mudanças que motivava o movimento tenentista, contexto no qual se inseria a missão, trazendo as soluções francesas que pretendiam agir, também, sobre os dois extremos. Talvez por isso: “Eu sempre senti uma real resistência (por parte dos brasileiros) ao me ver agir diretamente sobre as jovens gerações” (GAMELIN apud BELLINTANI, 2009, p. 278).

Por outro lado, as revoltas tenentistas trouxeram a oportunidade de inserção dos ensinamentos franceses na Escola Militar do Realengo. A revolta dessa Escola mudou por completo o julgamento do Ministro João Pandiá Calógeras sobre as reformas pretendidas pela oficialidade de formação alemã. Sua recomendação como solução para o problema do Realengo foi “o influxo direto da Missão Francesa, a fim de que seja assegurada ao quadro de oficiais a precisa homogeneidade na formação intelectual, na prática dos regulamentos e nos métodos de comando”. (CALÓGERAS, apud TREVISAN, 2011, p. 165).

É possível, nesse caso, traçar uma aproximação da forma como se concatenava a solução de problemas no Brasil da época. Diversas justificativas técnicas institucionais poderiam ser apresentadas para a inserção da missão francesa na Escola, mas a atuação profissional e disciplinada dos tenentes da Missão Indígena criava o vínculo afetivo que mantinha os franceses fora dos muros do Realengo. Entretanto, tão logo se apresenta um fato gerador, a ação é drástica e o trabalho anterior passa a ser considerado danoso para

a evolução da força e o novo é acolhido como solução redentora. O desgaste gerado por essa forma de ação, quer por aguardar o fato gerador e sua repercussão, quer pela ação drástica adotada, poderia ser evitado pela prevalência de ações focadas na instituição, acima dos vínculos afetivos individuais.

A coexistência do Tenentismo com a Missão Militar Francesa

Para a Missão Militar Francesa, a ascensão dos tenentes representava um problema: desde os levantes de 1922 e 1924, esses elementos estavam afastados do meio militar; mas, após 1930, são reintegrados à força de terra, em posição semelhante ou superior à de seus camaradas que permaneceram no Exército. Os tenentes “consideravam a missão e, sobretudo, as escolas que ela dirigia e os cursos que ela professava como um entrave eventual inadmissível a uma carreira brilhante baseada unicamente sobre as qualidades políticas, à exclusão, em geral, de todo valor militar” (BAUDOUIN, apud BELLINTANI, 2009, p.382).

A missão militar francesa procurou não se envolver diretamente na direção dos combates aos revoltosos, buscando manter uma aparente neutralidade. A missão fora contratada para instruir o Exército Brasileiro e transformá-lo, modernizando-o, mas não competia aos franceses se envolverem nos problemas políticos do país. Porém, é natural que o chefe da Missão Militar Francesa, General Gamelin, oferecesse ao supremo mandatário do país, quando solicitado, aconselhamento militar para a solução dos conflitos surgidos no seio da instituição à qual deveria instruir. A missão fora contratada pelo Governo Federal, a quem deveria prestar contas (LE MOS, 2014). É importante ressaltar a lista de recomendações sobre como os membros da Missão deveriam se comportar, frente às revoltas:

1. ter em toda circunstância atitude neutra e agir dentro dos limites absolutos de seu papel de instrutor nas escolas, conforme as cláusulas do contrato.
2. evitar toda conversa sobre a situação atual (...) ficar completamente reservado.
3. evitar transmitir notícias ou novidades a quem quer que seja.
4. dirigir-se ao aspecto militar apenas em serviço;
5. circular no meio militar de automóvel ou em caso de impossibilidade de ônibus.
6. conservar relação estreita com o Estado Maior da missão e ter à domicílio, todas medidas necessárias para agir rapidamente (BANDOUIN, apud BELLINTANI, 2009, p.378).

Na Europa, as revoltas tenentistas foram assimiladas como uma reação à Missão

Militar Francesa, particularmente por parte da imprensa alemã. A rivalidade histórica entre os dois países utilizava-se dos fatos no Brasil para fomentar a guerra de informação, na tentativa de reduzir a influência francesa, que grassava em outros países da América do Sul (LEMOS, 2014).

As aparentes divergências entre a Missão Militar Francesa e os movimentos tenentistas foram se dissipando, na medida em que a ascensão dos tenentes em 1930 acabou por reduzir a força do movimento, pelo próprio abandono dos tenentes dos ideais que os motivaram na década anterior, ao mesmo tempo em que imergiam na política dos Estados. Há que se frisar que os tenentes não representavam a maioria dos oficiais subalternos do Exército, ao contrário, na década de 1920 a 1930, não passavam de 325 dos 2.500 homens que haviam cursado a Escola Militar do Realengo entre 1913 e 1927. (MC CANN, 2007, p. 290).

Aliás, o próprio ideário do movimento tenentista não se distanciava dos objetivos de profissionalização da Missão Militar Francesa.

Quaisquer que tenham sido as ideias político-sociais dos “tenentes”, sua inspiração era o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizados do Exército (COELHO, apud BELLINTANI, 2009, p. 224).

Ou seja, no ideário tenentista, havia, além da preocupação política e social, a obsessão por um desenvolvimento sustentado do Exército.

Mas, o amálgama que permitiu a permanência da Missão passou pela atuação destacada do general Góes Monteiro. Tido como aluno brilhante pelos instrutores da Missão Militar Francesa (BELLINTANI, 2009), experimentado nos combates de perseguição da coluna Miguel Costa-Prestes, ele era o oficial que reunia a síntese das propostas de profissionalização dos jovens turcos: alguém que havia aprendido a doutrina militar moderna e que havia adquirido suficiente experiência de combate, mesmo que internamente ao país, para ser capaz de pensar sobre as condições do Exército e o desenvolvimento das soluções possíveis (MC CANN, 2007, p. 358).

Crítico voraz do status quo pré-revolução de 1930, Góes escrevia e falava constantemente sobre os problemas do Exército, o que ocasionava, diversas vezes, incômodos com oficiais mais antigos (MC CANN, 2007). Mas, a sua atuação na Revolução

de 1930 foi, ao mesmo tempo, central e secreta até a eclosão da revolução propriamente dita, denotando seu caráter pragmático (MC CANN, 2007). No poder, como integrante do governo, manteve-se fiel ao objetivo de promover as reformas profissionalizantes necessárias ao Exército, comandou as tropas contra a Revolução Constitucionalista de 1932 e assessorou Getúlio Vargas em todos os aspectos atinentes à modernização pretendida (MC CANN, 2007).

A possibilidade de assumir o poder, como presidente, em 1934, chegou a ser aventada, mas ele declinou à candidatura, em seguida. Entretanto, a ideia obsessiva de apresentar-se como o responsável pela profissionalização e defensor dos interesses da instituição levou-o a ser destituído do cargo de Ministro da Guerra em 1935, devido a uma tentativa de reunião dos oficiais gerais, em torno de um reajuste salarial reivindicado pela Instituição. Retornou ao Alto Comando em 1937, como Chefe do Estado Maior do Exército, tendo como Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra (MC CANN, 2007, p. 513).

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro era um militar aficionado pela responsabilidade que ele mesmo se imputou de realizar as reformas idealizadas para o Exército, a partir de suas experiências pessoais, quer como aluno, quer como profissional militar. Seu comportamento traz à tona um ceticismo quanto às alianças pessoais, em prol do objetivo a que se devotou. Ele difere no uso comum a que se davam as ideias europeias no Brasil, nos tempos do positivismo:

“Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias européias, sempre em sentido impróprio (...). Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza” (SCHWARZ, 1977).

O estabelecimento do objetivo final, para o qual ele se julgava capacitado, permitia-lhe o uso das ideias, da forma necessária para atingí-lo. Essa liberdade levava-o ao poder, a vocação a que se propôs tornara-o respeitado, mas a combinação das duas fazia-o representar, ao mesmo tempo, um fator de instabilidade.

É sobre essa ótica que se deve compreender a permanência da Missão Militar Francesa. "A Missão precisava concluir o seu ciclo, tornar a doutrina um reflexo", nas

palavras do General Gamelin (TREVISAN, 2011, p.161), consolidar o sistema de ensino, não só pela integração doutrinária das escolas, mas pelo seu estabelecimento como gerador de mérito a ser considerado nas promoções. A substituição dela por outra, de outro país, ou o seu cancelamento, sem a necessária maturação, traria a mesma importação de ideias exógenas que, aqui, giravam em falso, serviam apenas às demonstrações inúteis de conhecimento do positivismo à brasileira.

CONCLUSÃO

A Missão Militar Francesa foi um fato marcante na historiografia militar brasileira e, como tal, trouxe adeptos fervorosos e resistências contundentes. A primeira, talvez, tenha sido a advertência do Marechal Joffre, vitorioso da 1ª Guerra Mundial: “compreende-me que não fica bem a um país contratar generais para comandar o seu Exército”. (JOFFRE, apud TREVISAN, 2011, p. 155).

Essas opiniões refletem o que ocorreria com a importação de uma cultura institucional estrangeira em qualquer estrutura social. Porque a Missão Militar Francesa foi exatamente isso, a importação de uma cultura institucional estrangeira que, em seu processo de adaptação, acabou por permitir a consolidação da própria instituição a que servia. Se há algo pelo qual a Missão Militar Francesa pode ser considerada responsável é pelo aumento da autoestima dos oficiais que passaram por suas escolas. A organização vertical da Missão, abarcando as três Escolas: Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado Maior, garantiu uma inserção que, embora conturbada pelo Tenentismo, obteve uma regularidade fundamental à manutenção da coesão e da disciplina entre os níveis hierárquicos formados nesses estabelecimentos de ensino.

Em detrimento da forma de solução de problemas brasileiros à época, pautada por uma estagnação inicial, ancorada, também, em aproximações afetivas, a ocorrência de um fato contundente e a decisão pelo expurgo de toda uma estrutura para implantação de uma nova – quase messiânica, a Missão Militar Francesa apresentou uma abordagem sistemática de implantação de objetivos, permanentemente perseguidos. Os fatos relativos ao tenentismo eram aspectos, obstáculos a serem contornados, ou oportunidades objetivas de inserção (como no caso da Revolta da Escola Militar de 1922), a serem estudados, como problemas militares a serem solucionados no caminho para o atingimento dos objetivos.

A atuação do General Góes Monteiro, na esfera militar e política, reflete, de certa forma os ensinamentos franceses, não apenas os doutrinários, mas a forma de adaptação da Missão à realidade brasileira. A fixidez do posicionamento em relação às necessidades do Exército e a contrastante fluidez de sua lealdade política refletiam um aspecto pragmático, bastante necessário à produção e condução de estratégias. Não é à toa que ele ascendeu junto com os tenentes e, em seguida, procurou profissionalizar o sistema de promoções do exército, valorizando o mérito educacional e profissional, em detrimento das interferências políticas à moda tenentista.

As instituições são decorrentes de processos históricos e, no caso da coexistência da Missão Militar Francesa e do Tenentismo, restaram as Escolas do Sistema de Ensino do Exército, traspassadas verticalmente por uma mesma doutrina, estabelecidas como gerador de mérito a ser considerado nas promoções. Os caminhos para a formulação dos consensos que tornariam o Exército Brasileiro a instituição nacional capaz de agregar os diferentes tipos humanos que ainda compõem a cultura do país e direcioná-los para um mesmo objetivo, sob os mesmos símbolos, estavam traçados.

Por mais etnocêntricos que fossem os franceses, como aliás, era comum às culturas europeias da época, eles foram capazes de ultrapassar tanto as resistências originárias do imobilismo das elites beneficiadas pela política do café-com-leite, quanto a demanda por mudanças que motivava o movimento tenentista.

Assim, ainda que o General Gamelin tenha sido derrotado pela Alemanha Nazista, em 1940, a Missão Militar Francesa, no Brasil, venceu. Venceu porque, apesar de sua observação do estado de coisas da sociedade pós-colonial brasileira centrada em uma visão europeia do “tipo ideal” do que era ser brasileiro e latino-americano à época, conseguiu, em prol dos objetivos políticos e militares definidos, e por que não, do orgulho nacional francês, adaptar-se. Venceu porque deixou um legado que se faz sentir até hoje, quase cem anos após o seu estabelecimento no país. Venceu, porque estabeleceu, pelo menos no Exército, um caminho para que as ideias e o profissionalismo militar encontrassem os seus lugares.

Seria melhor uma Missão Militar Alemã, farol dos jovens turcos? Ao se observar a impressionante *blitzkrieg* nazista, poder-se-ia dizer que sim. Mas, quem, no período, era mais etnocêntrico?

REFERÊNCIAS

Araújo, Rodrigo Nabuco. **Missão Militar Francesa**. Disponível em: <<cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2017.

Bellintani, Adriana Iop. **Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro**. 2016. Artigo Científico- **Revista Meridiano** 47- n° 17, Brasília, DF, 2016.

Bley, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 666. p. 3-7. 1976.

Capella, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório**. 1985. 280p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985.

Lemos, Thiago Tremonte. **Desejos de modernidade: O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa de Instrução (1917-1927)**. 247f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

Luna, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

McCann, Frank D. **Soldados da pátria**. São Paulo: BIBLIEX, 2009.

Roesler, Rafael. **O Impulso renovador: a atuação da missão indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –CPDOC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, RJ, 2015.

Schwarz, Roberto. **Ao vencedor as Batatas: formas literaria e proceso social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Ed 34, 1977.

Sodré, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Trevisan, Lauro. **Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensa-**

mento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011.

Wikipedia, **Grande Depressão**. disponível em: << https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depressão>> Acesso em 19 ago. 2019

_____, **Política do Café com Leite**. disponível em : <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_do_caf%C3%A9_com_leite>> Acesso em 21 nov. 2017. a

_____, **Revolução de 1930**. disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930>> Acesso em 21 nov. 2017. b

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.eb.br (padeceme@eceme.eb.mil.br)

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885